

A BATALHA

Redacção, Administração, Tipografia
CALÇADA DO COMBRO, 38-A, 2.º andar
LISBOA - PORTUGAL
TELEFONE 539 TRINDADE
Officinas de Impressão e Estereotipia
RUA DA ATALAIA, 114 e 116
Este jornal não se publica às segundas-feiras.
Não se devolvem os originais.—Os artigos publicados são responsabilidade dos seus autores.

Director: JOSE S. SANTOS ARRANHA
Editor: CARLOS MARIA GONÇALVES
Propriedade da CONFEDERAÇÃO GERAL DO TRABALHO
Aderente à Associação Internacional dos Trabalhadores
Distribuição: Incluindo o transporte em metro, Lisboa, 2500; Província, 3 mil; 2500, África Portuguesa, 5 mil; 2500; Estrangeira, 6 mil; 1000.

PREÇO 30 CENTAVOS—ANO VII—N.º 2175

DIÁRIO DA MANHÃ

PORTA-VOZ DA ORGANIZAÇÃO OPERÁRIA PORTUGUESA

TERÇA FEIRA, 5 DE JANEIRO DE 1926

A LEGIÃO DA LAMA

O governo afirmou já publicamente a sua solidariedade com os "inocencios"

A imprensa subjugada pelos burlões mantém-se num silêncio cúmplice — Camacho, sob a alçada de tôdas as suspeitas está protegido por tôdas as impunidades. Onde se prova que as sindicâncias já não são precisas para salvar os inculcados, proclamando-os homens de bem

A imprensa é comparável, neste gravíssimo escândalo, a um deserto com um único oásis: *A Batalha*. Só ela tem voz, tem energia, tem desassombro para chamar às coisas pelos seus nomes e usar para com os culpados esta linguagem que por ser rigorosamente norteada por um grande espírito de justiça não é excessivamente violenta. Não são os palavras que nos preocupam, são os factos. E estes não avultariam se fossem relatados com vocabulário de colareja. Limitamo-nos a chamar às coisas pelos seus nomes e evidentemente que não usamos para os assuntos feitos palavras que soem como carícias. Isto não é um balcão, é um jornal — e um jornal que só está amarrado a uma conveniência: defender as vítimas de todos os roubos, dos assaltos de todos os ladrões. Olhamos à nossa volta e não vemos outra voz irada, clamando contra a impunidade de todos os "inocencios" e contra a "inocência" de todos os culpados. A imprensa é tão silenciosa como um filme cinematográfico e da sua mudez extrai-se a vergonhosa — vergonhosa para ela — conclusão que neste caso das notas ela está manietada, ela só tem uma atitude: estar quieta e uma função: estar calada.

A imprensa republicana e monárquica fez a coligação do silêncio

Onde está aquela aspera violência dos jornais monárquicos, prodigamente esbanjada em fulminar os escândalos da "nossa querida república", esforçando-se ao máximo por imprimir o regime vigente um ferrete de ignominia? Então este escândalo das notas não se passa na "nossa querida república"? Os jornais monárquicos fazeiam esta questão com tal prudência, com tal reserva, com tal ambiguidade que pareciam jornais governamentais. E como eles não aderiram ao regime e ao escândalo estão envolvidos alguns dos magnates monárquicos é fácil de presumir a que obedece o silêncio dos periódicos reaccionários. A sua proverbial energia esbarra não só no oiro dos Ulrichs — dos Ulrichs dos Bancos Ultramarino e Portugal — como na gangrena moral que invadiu os que dizem querer regressar às "tradições do velho e glorioso Portugal". Autopsiar o corpo imoral da imprensa equivale a autopsiar o

corpo imoral da sociedade e a conclusão é invariavelmente a mesma: podridão dos monárquicos, podridão dos republicanos. A imprensa republicana ali está a atestá-lo. *O Rebate* limita-se a dizer que o país deve fechar os olhos, confiando plenamente na república do sr. António Maria da Silva, o que é o mesmo que afirmar: na república do descrédito, dos escândalos e das negociações. *O Mundo* também não fez excepção e tratou deste caso com a frieza de quem habita nas regiões polares dando-nos a impressão de que é redigido por esquimãos. Não insistimos sobre a atitude ou melhor sobre o silêncio deste jornal por se encontrar suspenso. Aguardamos que ao reaparecer o esquimãozinho Urbano Rodrigues nos explique se a publicidade que cobrou do Angola e Metrópole lhe esfriou o seu entusiasmo na defesa dos humildes para sempre ou apenas por algum tempo.

O Diário de Notícias resume-se nesta questão a uma literatura de cordel, tendo como personagens principais uns títeres que distraem o seu público afastando-o do escândalo, ao mesmo tempo que deixa correr, tranquilamente, de boca em boca, o boato de que o Angola e Metrópole foi para ele uma abençoada e fecunda galinha de ovos de ouro.

"O Século" — tartufo e o Nuno-fantoches

O Século, esse atira-se enérgicamente, com denodo, com coragem na defesa dos "homens de bem" que violaram o código e se tornaram irmãos morais do grilhete José dos Santos Bandeira; atira-se às canelas de toda a gente que põe o dedo na ferida dos inocencios, com tal furor que parece ter sido mordido por um cão raivoso. Sabemos de antemão que as campanhas daquele jornal obedecem sempre a inconfessáveis *chantage*s, sabemos demonstrá-lo que a campanha contra o Angola e Metrópole teve seu início numa *chantage*; a malograda venda e o malogrado financiamento daquele jornal; sabemos ainda que ele defende o Banco de Portugal e não ataca o Banco Ultramarino; resta-nos saber — com factos e provas — a que obedece a campanha contra Nuno Simões.

Nuno Simões é um vendido, um trampoleiro, um saqueador. Veio do nada, obscuro e pobre. Tornou-se influente, foi ministro várias vezes, fundou um jornal com dinheiro de capitalistas

coloniais, "administrou" várias empresas e a sua fortuna pessoal aumentou à medida que a sua influência subia. Este homem várias vezes subornado, outra tantas agrihoado é igual em moral política e financeira aos seus atacantes de *O Século*. Quando vemos criaturas do quilate das que dirigem *O Século* atacarem criaturas do quilate de Nuno Simões adquirimos logo a certeza de uma briga entre os que disputam os despojos da miséria pública.

Gostáramos, a-pesar-dessa objectiva certeza, de saber se o sr. Alfredo da Silva, que veio a Lisboa e já fugiu novamente para Madrid, inspirou o ódio do *Século* contra o Nuno Simões por este se ter recusado a vender-se-lhe a quando da questão das oleaginosas pelo desonesto motivo de se ter vendido aos que eram antagonistas em interesses — aquele famigerado *brasseur d'affaires*. E concordamos que somos demasiadamente modestos em afirmar que gostaríamos de saber...

Camacho (Inocência) conseguiu triunfar da "loucura" de Pinto de Magalhães

Tudo o que aqui temos dito se tem confirmado com matemática exactidão. Quando o sr. António Maria da Silva começou a dirigir as investigações "proclamamos" com a maior segurança que aquele habilíssimo piloto das tempestades que se desenhavam no lodo e na lama dos magnates da finança e da política ia estabelecer uma tal confusão que deixaria atónitas as pessoas honestas e salvaria os autores desta inultrapassável burla. Confirmaram-se as nossas previsões. Por um "truque" digno dum batoteiro de feira de provincia Pinto de Magalhães foi deitado a terra e nomeado para o substituir o juiz Alves Ferreira, criatura de que nós temos provas suficientes para afirmar que é incapaz dum gesto que afaste as dobras da capa onde se ocultam os principais culpados, se bem que o facto de ter sido nomeado pelo actual presidente do ministério seja, de per si, um indicio bastante eloquente...

Previsimos que Pinto de Magalhães seria, depois de manietado, afastado das investigações e adquirimos também a certeza de

que ele, que tudo sabe, a-pesar-de maltratado só pouquíssimo viria dizer a público. Mas se o que ele disse está longe de corresponder ao que ele sabe, as suas declarações ainda são bastante preciosas. A afirmação de que a campanha do *Século* obedeceu sempre a fins inconfessáveis vem dar uma autoridade incontestável ao que aqui temos dito sobre a campanha levantada pelo pasquim das "forças vivas". No relatório do sr. Luís Viagas há elementos comprovativos da "chantage" praticada pelo *Século*.

O sr. Pinto de Magalhães manifestou ao sr. António Maria da Silva a necessidade de afastar temporariamente o Camacho (Inocência) do seu lugar, a-fim de desobstruir as investigações daquelle formidável escolho. E o sr. António Maria fez ouvidos de mercador e o Inocência ficou agrado desaperado ao lugar donde praticou as suas conhecidas falcaturas. O poder deste Inocência é irresistível. Quando aquele juiz, pela primeira vez, o segurou pela gola do casaco deram-no por dóido. Duas semanas depois, quando ele pediu que o afastassem já que o não deixavam prender, demitiram-no, fazendo-lhe sentir que no sr. Camacho não se toca porque o Banco não quer e o governo pretende salvar o Inocência e o Banco que ele governa.

Porque não, pede Inocência uma sindicância aos seus actos, sabido que as sindicâncias são uma boa garantia da impunidade? Inocência não implora essa benevolência que nunca se nega aos da sua força, benevolência que salva da cadeia, porque sabe que mexer nele equivale a afastar demasiadamente uma das dobras da capa que o oculta — ocultando também muitos "honrados inocencios" da nossa praça...

Desceu o pano sobre o penúltimo acto da comédia tecida à volta desta colossíssima burla. A demissão de Pinto de Magalhães foi o primeiro gesto público de solidariedade do governo para com os culpados nestes ilegaltíssimos 300.000 contos que o Banco de Portugal trocou à pressa, para evitar discussões perigosas e reclamações funestíssimas, por notas de 1.000 escudos também ilegaltíssimas, embora o Banco de Angola e Metrópole tivesse caído antes delas circulares.

Este gesto de pública solidariedade do governo para com os inculcados foi o primeiro, mas não será o último...

Adescarada protecção ao crime

Os últimos escândalos — o do Banco Angola e Metrópole e o do Banco de Portugal — não nos fazem esquecer as vítimas desta sociedade de ladrões que ordenou o envio de algumas dezenas de homens para Cabo Verde e Guiné. Não esqueçamos tampouco que o actual ministério fez promessas, embora vagas, de tratar da questão dos deportados.

Até hoje, porém, o sr. António Maria da Silva ainda não teve ocasião de pensar nesta gravíssima questão. Tem pensado, sim, na maneira mais prática de acobertar os bandidos do Banco de Portugal que se conluíram com os homens do Angola e Metrópole no fabrico e distribuição de notas falsas. Apressou-se a despedir o dr. Pinto de Magalhães que estava sendo demasiado, mas não se apressou como lhe competia a ordenar o imediato regresso à metrópole dos que foram desumana e ilegalmente castigados por crimes que não sabemos se praticaram.

Verifica-se nitidamente que o governo intriga, torce, manobra tenebrosamente para proteger os grandes criminosos que desacerditam e arruinam o país — votando cruelmente ao mais brutal abandono homens que desejam ser julgados, em pleno tribunal.

Enquanto os deportados, que não foram a julgamento, reclamam altivamente, não que os ponham em liberdade, mas que os levem aos tribunais regulares para se deifontarem com a lei, sempre tão cruel para os pequenos e os humildes — homens providamente culpados, burlões de alta categoria, como Inocência Camacho e outros, acolhem-se cobardemente à sombra comprometedora de governos suspeitos e de jornais sem honra, para se furtarem às suas graves responsabilidades, não responderem pelos seus crimes que toda a gente conhece.

Este contraste é flagrante. Ele dá bem a nota de quanto desceram os políticos e os financeiros deste regime de crápula. Esta protecção descarada aos criminosos de grande vulto e esta impiedade esmagadora que atinge pessoas que não sabemos se são ou não criminosas definem a moral que preside à sociedade capitalista, que vem ruindo sob o peso colossall dos seus crimes vergonhosos.

Almanaque de "A Batalha"
192 páginas com muitas gravuras, preço 5000.

Um movimento de resistência contra o imperialismo americano

Todas as pequenas repúblicas da América Latina sentem a própria independência política ameaçada pelo crescente poderio do imperialismo "yankee". As alfândegas, os caminhos de ferro, serviços públicos, tudo cai nas garras dos capitalistas norte-americanos, que assim reforçam o domínio económico e impossibilitam uma séria resistência.

A-pesar-disso, formou-se há tempos, na América Latina, uma Liga anti-imperialista que logo encontrou, principalmente na massa popular, inúmeras adesões a darem uma indestrutível garantia de êxito. Em cada república da América Latina, a Liga tem criado secções que impulsionam muito o movimento de resistência contra o despotismo imperialista.

Nas repúblicas de Cuba e de Colombia foram, agora, criadas duas novas secções. A secção cubana está desenvolvendo já uma obstinada campanha anti-imperialista, sendo fortemente apoiada pela Federação Operária de Havana e pela Federação dos Estudantes Universitários, assim como pelos sindicatos operários de Egle e Guanabacoa e outras organizações populares.

As crueldades praticadas pelos despotes norte-americanos têm refinado mais este movimento de resistência. Na ilha de Cuba, a-pesar-da repressão movida pelo general americano Crowder, o movimento nacionalista atinge um extraordinário incremento. Há semanas, a secção cubana da Liga Anti-imperialista fez um apelo caloroso a um protesto contra a ditadura estrangeira e logo se produziu uma manifestação, em que tomaram parte para cima de dez mil pessoas, que proclamaram a resistência contra os intrusos.

O mesmo estado de espírito se observa no México e em Porto Rico, onde alastra a influência da Liga Anti-imperialista. Não é menor a actividade desta Liga nos próprios Estados. Actualmente, a empenha-se numa campanha de agitação em favor da independência que as Filipinas reclamam por intermédio das suas organizações internacionais.

Várias secções locais têm sido formadas e também organizados comícios e sessões. Além disso, a Liga tem a funcionar um serviço de imprensa. Os dirigentes da Liga procuram estabelecer uma vasta rede por todos os povos da América Latina e da America do Norte, entendendo que os seus interesses são comuns.

A greve americana de antracite

Espera-se que seja em breve resolvida a greve dos mineiros de antracite, que dura desde o 1.º de setembro passado, e que, se persistir, ameaçará o país com uma penitência séria de carvão.

Annuncia-se que John Lewis, secretário da Federação dos Mineiros da America, enviou um telegrama ao governador de Seranton, declarando que os mineiros estão dispostos a entrar em conversação imediata para examinar os diferentes planos sugeridos.

São 800 as minas de antracite que estão paralisadas desde setembro, e que só aos caminhos de ferro tem causado perdas consideráveis por falta de transportes. Mas não são só estas empresas que têm sido prejudicadas mas todo o país que, recorrendo aos substitutos de carvão, se tem visto obrigado a pagá-los por altos preços.

O capitalismo, porém, prefere sofrer todos estes prejuízos do que satisfazer as justas reclamações dos que trabalham utilmente

UMA PERFDIA QUE NÃO SURTE EFEITO

Não se falsificaram 700 mil contos em Bilhetes do Tesouro — porque não era possível

Mas, devido ao desleixo e desordem da Direcção Geral da Fazenda Pública, falsificações de alguns milhares de escudos são possíveis

Uma das gazetas mais amigas do sr. Inocência Camacho — *O Diário de Notícias* — publicava ontem, sob o título *Outra burla gigante*, a seguinte e perniciosa informação:

Corre que as autoridades policiais estão na pista de um novo e sensacional crime de burla praticado em bilhetes do Tesouro na importância de cerca de 700 mil contos.

Não se pode em tão poucas linhas dar notícia mais perigosa do que esta contra os interesses do Estado. Nós, que atacamos o actual Estado burguês, nunca nos serviríamos duma arma tão envenenada, tão perigosa, tão brutal como esta, sem primeiramente averiguar se ela corresponderia à verdade dos factos.

Mas o jornal amigo do Inocência que publicou aquelas linhas perdidas não se importava com os interesses do Estado. Quando lançou aquela atoarda, que o governo já desmentiu, não tinha outro intuito senão provocar uma série de acontecimentos, embora desastrosos, mas de grande vulto que desviando as atenções do público dos principais criminosos e responsáveis do caso do Angola e Metrópole, lhes preparasse ao mesmo tempo a atmosfera propícia à sua salvação.

Mas o "truque" não surtiu o efeito desejado. O exagêro da importância falsificada — 700 mil contos — põe a nítida a mentira que se pretendia propagar. Sabido que a circulação dos Bilhetes de Tesouro não vai além de 500 mil contos, a falsificação de 700 mil era impossível.

Mas já que o *Diário de Notícias* tocou neste assunto, nós não queremos deixar de elucidar o público sobre os perigos que realmente impendem sobre esses valores, que neste momento são quasi o único recurso de que o Estado se serve para acudir às suas mazelas financeiras.

A falsificação de 700 mil contos em Bilhetes de Tesouro, pelo exagêro da quantia, não é possível, como dissemos — mas a falsificação de alguns milhares de contos, devido ao desleixo e confusão que reinam nas repartições às quais o assunto está afecto, é absolutamente provável. Tão provável que ainda não há muito tempo essas falsificações se produziram, tendo havido o cuidado de, como é costume, se abafar o escândalo e conduzir os acontecimentos de maneira a nada se apurar nos julgamentos.

A incompetência do Director Geral da Fazenda Pública é, segundo um precioso documento que há tempos veio parar às nossas mãos, a principal causa dessas falsificações encontrarem probabilidades de se produzirem.

Do aludido documento, absolutamente inédito, vamos hoje recortar alguns trechos claros e elucidativos. Por eles verá o público como um dos serviços do Estado mais importantes e de maior responsabilidade anda à matroca, dando azo a confusões, das quais os burlões se aproveitam habilmente. O documento a que aludimos é um depoimento do sr. Bento Mantua. Principiámos por reproduzir o relato do seguinte facto: "Certo dia pela banda da manhã, um indivíduo requintado, ao guichet da minha re-

partição, como faz toda gente, as guias necessárias para entrar no Banco de Portugal em conta do Tesouro, com 60 contos, pedindo para que, em representação da quantia, lhes fossem passados 12 Bilhetes do Tesouro, de 5 contos cada, ao portador, e a 3 meses de prazo. Passaram-se as guias, e o homem saiu. À tarde quando todo o público vem buscar os Bilhetes reformados e emitidos, o homem apareceu, apresentou o recibo do Banco de Portugal (que não tinha à vista nada de anormal) comprovativo da entrega dos 60 contos e foram-lhe entregues os Bilhetes. Três meses passaram, a 2.ª Repartição descobriu que os 60 contos não tinham dado sobre que o Banco — e que o recibo, que já servia para idéntica operação em tempos, fora subtraído dos processos findos e arquivados, e, com admirável falsificação no número e no nome do interessado apenas, tinha ultimado a fraudulenta operação!

Se os serviços da 2.ª Repartição estivessem em dia, e não com três meses de atraso, no dia seguinte ter-se-ia tudo descoberto e ter-se-iam adoptado as providências que levavam à descoberta do autor da fraude. Assim, deu-se-lhe tempo a descontar numa casa bancária 3 Bilhetes e a empenhar no Montepio Geral: outros 3, creio eu.

Mas, Ex.ª sr. Juiz Sindicante, ainda vou mais longe. Se o sr. Chefe da 2.ª Repartição, Aires Vaz Raposo, fosse aquela invulgar competência, aquele modelo profissional que o Ex.ª sr. Soares Branco cita no seu depoimento, o sr. Alberto Xavier reconhece (tanto assim que o transferiu para a 1.ª Repartição, para a pôr em ordem), a fraude não se tinha consumado, e o seu autor tinha sido preso, como se costuma dizer, com a boca na botija.

Este facto que o sr. Bento Mantua relata é de grande gravidade. Ele demonstra como desorganizados estão estes serviços públicos que de tal modo facilitam as fraudes. Agora, o trecho que a seguir publicamos põe em evidência o bom senso do sr. Alberto Xavier, director geral da Fazenda Pública e do *Diário da Tarde*, onde constantemente recomenda aos outros bom senso e rectidão. Reproduzimos:

"Mas sobre Bilhetes do Tesouro, há mais a dizer, além do que me é pedido por V. Ex.ª, sr. Juiz, no seu artigo de acusação. Vou referir-me agora, por julgar assunto de capital importância, à assinatura deles.

Se V. Ex.ª, sr. dr. Juiz Sindicante, se der ao incômodo de proceder a um ligeiro exame aos Bilhetes que estão em cofre no Banco de Portugal, e nos que estão arquivados, por terem sido pagos devidamente, encontrará uma estranhável diversidade de assinaturas do sr. Alberto Xavier! Uma 6, pelo menos.

Este facto, quanto a mim, gravíssimo, demonstra a evidência a importância que o sr. Alberto Xavier dava ao seu lugar de Director Geral da Fazenda Pública.

Assinava aceites de letras (pois outra coisa não representava a assinatura do Director Geral, nos Bilhetes), por seis maneiras (pelo menos) diversas daquela que os

Estabelecimentos oficiais e de crédito tinham oficialmente conhecimento!

E preciso que V. Ex.ª não ignore o seguinte:

Quando o sr. Alberto Xavier entrou foi distribuído por todas as estações oficiais do país e do estrangeiro, bem como por todos os Bancos e banqueiros e outros estabelecimentos de crédito, e ainda pelos Bancos estrangeiros com relações com o Estado, o "fac-simile" da assinatura do novo Director Geral.

E quer V. Ex.ª saber o que me respondeu o sr. Alberto Xavier quando, delicadamente, chamei a sua atenção para a diversidade da primeira assignatura que fez, em relação ao fac-simile expedido e o perigo que daí podia resultar?

Que eu não tinha educação jurídica para apreciar tal coisa.

Quis também o sr. Alberto Xavier, para fugir à machada das muitas assinaturas nos Bilhetes, fazê-lo de chancela!

Mais uma porta falsa por onde os falsificadores podem entrar à vontade. Como os leitores vêem, nada há mais fácil do que fabricar Bilhetes do Tesouro. O que é difícil, é falsificá-los numa importância tão grande como o *Diário de Notícias* desejava para capear o povo, porque uma fraude tão grande descobrir-se-ia ao fim de 24 horas.

Mas vamos a outra porta falsa:

"...Por essa ocasião entendeu o sr. chefe Raposo que devia guardar na casa forte aqueles e outros documentos e para arranjar ali lugar, por fora dela o que muito bem quis e entendeu, figurando, sobre o depois pelo sr. Freitas que mo disse apavorado e desgostoso, entre os livros e papeis retirados, as cadernetas de Bilhetes de Tesouro em branco, e os maços de papel destinados à confecção dos Bilhetes, papel adquirido em Londres! Presumo, pois, ter sido nessa altura ou depois, que se deu o desaparecimento da caderneta dos Bilhetes chancelados em branco, que eu mandava atar e guardar na casa forte."

Que admira que um desleixo destes, que um descabro desta natureza dê lugar às falsificações dos valores mais preciosos que o Estado possui?

O depoimento do sr. Bento Mantua vem recheado de factos pelos quais se verifica claramente que o principal responsável deste descabro é o director geral da Fazenda Pública, o sr. Alberto Xavier, que no *Diário da Tarde* pontificava distribuindo louvores a este, reprimendas a aquele, conforme as suas íntimas conveniências.

C. G. T.
Comissão Administrativa
Reúne hoje, pelas 21 horas, para continuação de trabalhos.

C. S. T.
Comissão Instaladora
Reúne hoje, pelas 20 horas, com a presença de todos os seus membros.

UM DISCURSO SENSACIONAL

"A Administração do Banco de Portugal é uma caverna de falsificadores e ladrões"

A "Batalha" publicará hoje em suplemento o discurso do dr. Amâncio de Alpoim, na íntegra

O discurso que o dr. Amâncio de Alpoim ontem proferiu na Câmara dos Deputados pode qualificar-se de sensacional. Foi produzido com veemência e argumentado com lógica. Nós, que vimos seguindo com atenção as manobras tenebrosas da direcção do Banco de Portugal e a trapalhada labiríntica das suas contas, sabemos que no discurso do deputado socialista existem verdadeiras amarguras como fel.

Não queremos mutilar esse discurso com um banal e acanhado extrato. Ele é um bloco esmagador, mutilado por um extrato, perderia o seu valor e afrouxaria na sua veemência. Por isso pedimos aos nossos leitores aguardem algumas horas, refreiem a sua impaciência. Hoje, à tarde, num suplemento especial *A Batalha* publicará esse discurso que põe a nítida as chagas do Banco de Portugal, cuja administração "é — como muito bem disse o eloquente orador — uma caverna de falsificadores e ladrões."

Convenham notar desde já — para se avaliar até onde desceu em indignidade a política portuguesa, protectora de ladrões — que todos os lados da Câmara, desde os monárquicos aos republicanos da esquerda, tentaram impedir que o dr. Amâncio de Alpoim fizesse o uso da palavra.

O povo que registre este facto sintomático: todos os políticos temem, salvo raríssimas excepções, que a luz da verdade incida esclarecedora sobre a caverna tenebrosa da finança portuguesa. A política receia que os raios duma benéfica luz ao penetrarem, rasgando as trevas densas, no fundo do labirinto da caverna, foquem os "insuspeitos" homens da política e os grandes felinos da finança, roendo, numa fraternidade feroz, as ossas das descarnadas dum país morto.

O director de "O Cadastro" e o "Diário da Tarde"

Do nosso distinto colaborador e amigo dr. sr. Da Cunha Dias, recebemos a seguinte carta:

Meu caro Santos Arranha:

Recorro à *Batalha* porque nenhum outro meio tenho, atrasada como anda a publicação de *O Cadastro*, de fazer constar aos seus leitores que li o sueltito *Manicócnico* publicado na quarta página, 1.ª coluna, do *Diário da Tarde* de hoje.

Li, e guardei... para oportunamente o comentar. E também a seu tempo corrigir... uns pequenos erros tipográficos que contém.

E... e aproveite o ensejo para mais uma vez lhe testemunhar a minha grata amizade

4-1926.

DA CUNHA
Bolsa de Trabalho e Solidariedade da Construção Civil

Por motivo de falta de delegados não reuniu ontem o conselho deste organismo para tratar da crise de trabalho e outros assuntos.

CRISE DE TRABALHO

Operários das obras do Estado

O delegado da Bolsa de Trabalho da construção civil, juntamente com uma comissão de operários licenciados das obras do Estado, procurou ontem entrevistar o ministro das Finanças por motivo do despacho da lei dos duodécimos do presente mês, não o conseguiu.

A comissão falou com um dos seus secretários que informou ter sido a lei já publicada, no dia 1 do corrente, no «Diário do Governo». A comissão seguiu depois ao administrador dos edifícios públicos, onde soube que por este senhor já tinha sido entregue à Direcção dos referidos edifícios os documentos para a reabertura das obras.

Em vista desta resposta, a comissão foi à Direcção dos edifícios públicos e entrevistou o respectivo director, o qual informou que a verba era muito diminuta e, portanto, era provável que não fossem todos os operários admitidos, dizendo por fim que os operários deviam apresentar-se hoje, das 13 horas em diante, nas suas respectivas secções para receberem as ordens que lhes deviam ser comunicadas pelos respectivos chefes.

A comissão de melhoramentos da Associação de Classe dos Mestres e Operários das Obras dos Edifícios e Monumentos Nacionais convidou os operários licenciados a reunir hoje, pelas 10 horas, na sede da Associação, travessa do Oleiro, 13, para a comissão dar conhecimento das obras que hão de reabrir e quais as verbas que foram dotadas referentes ao duodécimo do mês de Janeiro.

Suplemento semanal ilustrado de "A Batalha"

Encontra-se já à venda o primeiro ano deste interessante semanário, devidamente encadernado, numa óptima capa em percalina ilustrada a cores, por Alonso, contendo um indispensável índice dos variados assuntos de ordem doutrinária, literária e artística.

O seu preço é 1 volume com 420 páginas, 45\$00.

Encadernação (por capas e índice), 20\$00.

Capas e índice em separado, 15\$00.

Pedidos de colecções, ou envio destas para encadernação, à administração de A Batalha.

OS QUE MORREM

António Fernandes Júnior

Faleceu no domingo e sepultou-se ontem, pelas 17 horas, o nosso camarada António Fernandes Júnior, valioso militante operário de Almada, filiado na Associação dos Descarregadores de Mar e Terra daquela vila.

De cultura acaanhada, mas dotado dum belo espírito de revolta, foi nas lutas emancipadoras, foi no batalhador audaz e a sua falta far-se-á sentir entre a pleiade dos que lutam, especialmente, pela emancipação das classes marítimas.

Vítima de um tuberculose, depois dum sofrimento prolongado que não conseguiu amorteecer-lhe a vivacidade com que sempre lutou, e a sua caída à cama foi o apressar repentino do fim.

O extinto foi, durante algum tempo, correspondente de A Batalha, à qual prestou relevantes serviços.

A sua família, amigos e classe a que pertenceu, A Batalha apresenta o preto sentido de homenagem e saudade.

Licenças do Governo Civil

Na 3.ª repartição do Governo Civil continua a reforma das licenças de porta aberta até à meia noite, casas de hospedagem, hospedarias, hotéis, estalagens e casas de pernoita. As licenças de casas de hospedagem do ano findo têm de ser reformadas durante a quinzena corrente.

As licenças especiais de porta aberta, depois da meia noite têm tolerância até ao dia 5 inclusivo, sendo autuados os comerciantes que depois daquele dia não possuam as referidas licenças. Outro tanto sucederá aos clubes da baixa e às chamadas sociedades de recreio.

As licenças de águas minero-medicinais são reformadas na 2.ª repartição do Governo Civil.

As sociedades que tenham bandas musicais e as tropas de bandolistas terão de reformar os seus alvarás de licença da saída à rua das mesmas bandas ou tropas.

TEATRO APOLO

Telef. N. 4129

HOJE HOJE

O DRAMA

de Emílio Zola

Colossal criação do admirável actor-empresário

Ribes da Cunha

ESPLÊNDIDO CONJUNTO

TEATRO S. LUÍS

Telefone C. 224

HOJE e AMANHÃ

última récita da opereta

Os gaviões

Quinta, Sexta, Sábado e Domingo

4 únicas récita

COM

A MONTARIA

E A

CANÇÃO DO OLVIDO

BREVEMENTE:

A MOÇA DE CAMPANILLAS

de PABLO LUNA

TEATROS, MÚSICA E CINEMAS

No Eden

«Fungará», de António Tóres e Fernando Ferreira, música de Luís Filgueiras, Alves Coelho e Vasco Macedo

António Torres e Fernando Ferreira se não escreveram o que pode chamar-se uma revista de espírito, conseguiram no entanto uma peça de aparato scenico em que têm um papel importante a Empresa Materiais de Teatro e o indumentarista Castelo Branco, coadjuvados pelos scenógrafos Renda, Serra e Amâncio, Eduardo Reis, Raul Campos, Luis Salvador, Mergulhão, Augusto Pina e Oliveira e Reinaldo Martins.

A revista tem 14 quadros e em todos eles se nota bom gosto, sendo particularmente rico o 11.º intitulado «Riquessas de Portugal» que é do scenógrafo Mergulhão. O 1.º e o 2.º quadros são menos exuberantes de cor, mas bem pintados, o 3.º e 4.º do Eduardo Reis têm simplicidade e um certo carácter original. O 5.º e 6.º de Raul Campos oferece uma equilibrada combinação de cores, o 7.º, 8.º e 9.º que formam apoteose do 1.º acto, são bem lançados, com boa linha de contorno; só não me agradou a esfinge que tem pouca propriedade. O 12.º quadro de Pina e Oliveira é feliz de tintas e finalmente os dois últimos têm frescura e vício colorido.

A revista «Fungará» teve-se e vê-se com interesse e se não fôra uma ou outra piada mais livre, bem se receberia sem reparos, mas a maneira como o «compere» António Gomes desenha e comenta com os olhos o apódo de trouxa, com que o mimoseiam, melhor se evitaria se não fosse feita com tanta saliência que desfaz o intuito de double-sens.

Laura Costa fez todos os seus papeis a mocidade que neles costuma pôr, tendo de bisar a rábula cantada da «Ladra boque-vista» que é um bom libelo aos falsificadores e ladrões da alta banca.

Alberto Miranda correcto nos seus papeis, António Gomes com a intuição costumeira, Justina de Magalhães cantou bem, José David, Dinah Stichini, Artur Rodrigues, Ricardina Maia, Carlos Alves, Cesário Henriques, Zulmira Bettencourt e os outros artistas diligentes. A música de Luís Filgueiras, Alves Coelho e Vasco Macedo, coordenada e original, agradável. A encenação de Henrique Santana simples.

Nogueira de BRITO

O concerto da Sociedade Nacional de Música de Câmara

A Sociedade Nacional de Música de Câmara, cuja pertinência tem sido notável, conseguiu até que a desolante sala de recitais do Conservatório se alegrasse com o abajour cor de laranja que vela discretamente a luz duma lâmpada que desce do tecto sobre os executantes.

Foi sob a influência duma iluminação suave que deixa ver menos as teias de aranha que pendem das paredes, que eu ouvi o concerto com que a Sociedade inaugurou o seu sétimo ano de existência.

Desde a escolha aporimada do programa até à execução, tudo correu de forma a honrar o critério educativo que move, nesta empresa musical, os directores dela.

Malhoa Migueis com palavras entusiásticas abriu o recital, pondo em relevo a obra da Sociedade e fazendo sentir, não por culpa dela, a falta dum grupo orquestral imprescindível à constituição duma Sociedade de Música de Câmara. Malhoa Migueis explicou a propósito o que seja música de câmara, no que, nos parece, não andou mal, pois tem a certeza de que a maioria dos ouvintes o ignorava.

Deu começo ao concerto o «trio des jeunes israelites du outono», de Berlioz, «L'enfance du Chuit», interpretado por D. Lucília Borba, Manuel Duarte e Jaime Mendes.

A sonata em mi bemol n.º 3 de Beethoven obteve de D. Maria Assis Lopes uma execução muito correcta, ainda que pouco luzida.

D. Raquel Bastos cantou com grande afinidade e desembaraço variações de Mozart e «Rouxinol», de Rui Coelho, que lhe valeu muitos aplausos. O septuor de Saint-Saëns, tão célebre como o quator e o quinteto, do mesmo compositor, deu margem a que o trompetista Francisco Furteado revelasse o esplêndido som que sabe extrair do seu instrumento. Os outros concertistas madame Pavia de Magalhães, seu marido, Fernando Cabel, José Henriques dos Santos e Humberto Franco, contribuíram com o seu melhor quinhão para o êxito desta bela página do autor do «Samsó e Dalila».

No próximo concerto da Sociedade de Música de Câmara que em breve se realiza tocar-se-ão trechos notáveis dos melhores compositores da especialidade.

N. de B.

Orquestra Portuguesa

Fernandes não dando ao público que frequenta os concertos da sua Orquestra Portuguesa a profusão da ópera de Lalo «Roi d'Is» proporcionou o ensejo de se admirar a galantíssima orquestração desse genial compositor francês, cuja celebridade custou a chegar, mas que hoje tem merecido a atenção e os elogios mais alevantados que é possível ambicionar-se.

Como música bem ordenada, duma textura encantadora, fluente e torrencial, não será fácil descobrir quem, como Lalo, soubesse verter inspirações mais roçagantes em páginas de tanta beleza.

Fernandes não devia tornar conhecidas outras produções do notável músico francês. Creio que até agora só revelou a prosódia norueguesa. Nos concertos mistos em que costumam figurar solistas de piano e violino podia fazer executar algumas das páginas mais belas da música.

A orquestra deu-nos uma óptima audição da suite de César Cui «In modo populari», que não nos impressionou, o que já não sucedeu com a 3.ª sinfonia de Brahms. Nesta obra Brahms continua a evidenciar a sabedoria com que orquestra e em que a virilidade iguala o sentimento.

«Le rouet d'Omphale» e «Orient e occident» de Saint-Saëns tiveram o claro-escuro tão necessário às obras do autor da «Dança macabra».

N. de B.

Pintores da Construção Naval e Anexos

A comissão administrativa convidou os seus associados a irem à sede do Sindicato, entre os dias úteis, das 19 às 20 horas, a fim de se inscreverem na escala dos sem trabalho e buscarem as cadernetas federais.

DESPORTOS

FUTEBOL

O S. L. e Benfica conseguem vencer o Helsingborg por 3-1—O Vitória bate o F. C. do Porto por 2-0

A série de jogos que o grupo sueco se propôs realizar em Lisboa, com relativo sucesso, teve por desfecho a vitória do Benfica, que, em desafio-desforra, conseguiu infligir ao «Helsingborg» a sua única derrota em terras portuguesas.

O jogo desenvolveu-se no Campo Grande, se não foi dos melhores que temos visto fazer ao Benfica, não deixou no entanto de agradar pela alma que lhe imprimiram os seus jogadores do princípio ao fim dos noventa minutos, em que o domínio mais lhe pertenceu. Especialmente na segunda parte, a boa actuação do guarda-redes sueco evitou o aumento do activo do grupo português.

Como sempre, os suecos foram os primeiros a marcar, por intermédio do extremo direito e devido a uma má jogada do médio direito do Benfica. Poucos minutos passados os «vermelhos» igualavam, pelos pés de Simões que remata esplendidamente um bom centro de Figueiredo.

Quasi no fim do primeiro tempo um ponto mais devia ter alcançado o «Helsingborg», se a má posição do árbitro, a meio campo, e a intervenção rápida de J. Travassos que desviou a bola, lhe tivesse permitido ver que a bola houvera já ultrapassado a linha do goal.

Nas segunda parte, intensificado mais o ataque, o Benfica conseguiu a marcação de mais duas bolas que lhe garantiram a vitória e que provocou a desorientação nas linhas suecas que se deixaram dominar.

O encontro, um tanto duro por vezes, foi interessante e a vitória do Benfica justa, porque jogou melhor, sem contestação.

Seria, nos devidos termos, um 3-2 o resultado verdadeiro do encontro, mas verdade seja também, que outras ocasiões houve em que ao grupo português se lhe proporcionou marcar, não o conseguindo pelo exímio trabalho do porteiro, umas vezes, por falta de chance, outras.

Arbitragem, de A. Pedrosa pouco atenciosa, entretanto imparcial, não beneficiando, ou talvez melhor, prejudicando os dois grupos.

Em Setúbal, após uma recepção condigna ao F. C. do Porto, efectuou-se o anunciado desafio que deu ao Vitória o ensejo de bater o campeão de Portugal por 2-0.

O trabalho da equipe setubalense, num grande à vontade, em sua casa, foi muito superior ao do seu adversário que esteve abaixo do que nos deixou ver em Lisboa na sexta-feira. A Siska, deve o Porto não ter sofrido maior derrota. A sua linha avançada, mal servida pelos médios—ao contrário do conseguido pelo Vitória—não se entendeu convenientemente e daí a razão do seu insucesso.

Arbitragem, de Ilídio Nogueira, agradável.

O S. L. e Benfica recebeu à noite, na sua sede, os jogadores do Helsingborg, dedicando-lhes uma festa íntima, em sua honra e que agradou sobremaneira aos nossos visitantes.

O Helsingborg partiu ontem no «Suda» em direcção a Paris, seguindo para Colónia, onde fará um jogo de beneficência. Tomarão em seguida o caminho do seu país.

A grandiosa festa dos Bombeiros a favor das viúvas e órfãos

E' já depois de amanhã que, nas sumptuosas salas do Coliseu dos Recreios, se efectua o grandioso sarau a favor das viúvas e órfãos de bombeiros municipais de Lisboa, simpática iniciativa de uma comissão composta dos srs. Aurélio Neto, ex-vereador do pelouro dos incêndios, Comandante do Corpo de Bombeiros, Lino Ferreira antigo empresário teatral e Amadeu Cesar da Silva, funcionário da Secretaria do Corpo de Bombeiros e nosso camarada na Imprensa, que exerce as funções de secretário. Do programa que amanhã publicaremos, constam números sensacionais, como os saltos simultâneos, da cúpula para a pista, por dois bombeiros municipais, manobras com escadas italianas, variados exercícios por distintos amadores, um acto de variedades por artistas dos mais notáveis de todos os teatros de Lisboa.

Entre estes últimos contam-se as ilustres actrizes Berta de Bivar e Maria Pires Monteiro, os distintos comediantes Henrique Alves e José Alves da Cunha e muitos outros que à festa prestam gentilmente o seu valioso concurso.

Por especial e gentil deferência da empresa do teatro de São Luís, o acto de variedades fecha com o concertante final da notável opereta os «Gaviões» cantado por toda a Companhia sob a direcção scenica do actor Augusto Soares e artistica do insigne maestro Serafim Rada.

Como o espectáculo virá a terminar além da hora normal a Companhia Carris de Ferro fará carros para todos os pontos da cidade, no Rossio e praça dos Restauradores, no final da festa.

TEATRO GIMNASIO

Direcção artistica de GIL FERREIRA

HOJE

VIDA E DOÇURA

Peça de palpitante interesse

DOMINGO

4.º CONCERTO FAO

EM COIMBRA

No comício contra a burla das notas os políticos foram impiedosamente zurzidos

COIMBRA, 3.—As juntas de paróquia cá do burgo, num assomo de moralidade, resolveram efectuar um comício de protesto contra o escândalo das notas de 500 escudos e para pedir um rápido apuramento de responsabilidades.

Como sempre, foram convidados diversos vultos de preponderância politica, ou seja aqueles que menos autoridade moral têm de verberar estes e outros desmandos, pois não é raro vê-los deitar a capa de misericórdia a inúmeras roubalheiras que se têm dado por esse país fora. A maioria destes catões arma ao efeito da moral ultrajada, talvez com inveja e com máguia de não ter tido, também, o seu naco na divisão do bolo...

O comício, que teve lugar, hoje, pelas 14 horas, no Teatro Avenida, foi bastante concorrido.

A mesa foi constituída por elementos das juntas organizadoras do comício.

Fez uso primeiramente da palavra um cidadão de que não podemos obter o nome, que se espraçou em massudas considerações politicas, terminando por pedir a condenação dos criminosos e por fazer um político panegirico à pátria, querendo armar ao sentimentalismo da assistência, que respondeu muito chocadamente a um viva à pátria, com que rematou o seu discurso.

Seguiu-se o professor Tomaz da Fonseca. Afirma que não está tudo perdido e de que ainda há portugueses capazes de se erguerem e escoracarem os vendilhões da politica...

«A questão é que lhes chegue a mostarda ao nariz. E a mostarda vai já atingindo as ventas de todos nós. Sente-se já o espirrar...»

E' dada em seguida a palavra ao dr. Camilo Valente, advogado, que produziu um interessante discurso. Atribui as responsabilidades do mal-estar que o país sofre ao partido democrático, «que há 14 anos faz a exploração da politica portuguesa».

Alves dos Reis, segundo a sua opinião, é apenas o editor responsável da grande burla. Está absolutamente convencido de que a volta dele gravita uma legião de responsáveis altamente colocados.

O Banco Angola e Metrópole foi criado para acobertar a burla que outros desejavam pôr em pratica.

Alves dos Reis, em seu entender, é tão burlo como o sr. António Maria da Silva, que, em tempos, fez um aumento de circulação fiduciária que reverteu em manifesto prejuizo para o país. Referiu-se acremente à burla dos 50 milhões de «dolares», pronunciando frases contundentes à personalidade do dr. Afonso Costa.

Combateu a atitude dos deputados por Coimbra no Parlamento, o que levou o dr. Domingos Lara, deputado por este círculo, a pedir a palavra para protestar contra as palavras do orador, que classifica de desprimorosas e incorrectas.

O dr. Camilo Valente volta à carga, para dizer meia dúzia de verdades acerca dos políticos que, diz, têm transformado o país numa verdadeira roça.

SOLIDARIEDADE

Pró-Família dos Deportados

Convida-se as famílias dos deportados a vir hoje, às 21 horas, receber o dinheiro que lhes compete, da festa promovida pelo Grupo Dramático Solidariedade Operária.

Nessa ocasião a Nacional estava cheia como um ovo, tinha tudo quanto era necessário. Não faltava absolutamente nada. Potes, ferramentas, e uma bela pilha de lenha. Começou a laboração e aquilo ninguém tugia nem mugia, pois desta feita era certo. Ninguém protestava. Todos os operários se sentiam sumamente gratos, por ganharem reduzidamente, e zangavam-se até quando algum mais sceptico dizia que aquilo vinha a dar em droga.

TEATRO MARIA VITÓRIA

Duas sessões—A's 8 1/2 e 10 1/2

Enchantes sobre encantos

A REVISTA TRIUNFANTE

FOOT-BALL

A peça sem pornografia!

A obra mais graciosa—Aplausos entusiásticos de todo o publico!

LINA DEMOEL e HORTENSE LUZ

em admiráveis criações

ENTUSIASMO DELIRANTE

A Fábrica Nacional de Vidros da Marinha Grande nas garras aduncas dos «filantropos»

Mau grado nosso seremos hoje um pouco mais prolixos, muito embora o precioso espaço deste jornal com isso fique prejudicado.

Não pretendemos encher colunas de prosa por mero capricho. Não queremos, igualmente, que esta coisa da Fábrica Nacional se eternize e se pareça com o celebérrimo caso das notas de 500 escudos.

Pretendemos única e simplesmente que este esforço tenha algo de proveitoso para os que trabalham na mais antiga fábrica de vidros. Presamos muitíssimo todos os empregados e por isso queremos firmar aqui os factos que de todos parecem esquecidos.

Basta de tanta pouca vergonha! Basta de tanta maroreia!

Ainda há bem pouco tempo nos afirmaram que a Fábrica Nacional corria o risco de nova paralisação. Irrita este facto, pois que não se pode conceber semelhante coisa quando as congéneres engordam a olhos vistos. Sofre, não resta dúvida, a mazela crónica desta republiqueta, pois que, por mais que se diga e que faça, este velho tema da Nacional apresenta-se ambiguo de sentido e difficilissimo de definição.

O glorioso estabelecimento industrial que Steffens supoz confiar a mãos hábeis e dedicadas, não é mais do que um Prometeu à mercê dos abutres insaciáveis.

Está manietado, e não resistirá, porque dum lado, a atacá-lo, tem uma quantidade enorme de aves de rapina, e do outro a espessa muralha da apatia, da indiferença, e também em parte da inconsciência dos verdadeiros interessados.

Tocamos agora no ponto capital deste tão complexo assunto, pois que acabamos de dizer no período anterior que os verdadeiros interessados não encaram, como é mister, a situação angustiosa que os ameaça conduzir à miséria.

Mas afinal quem são os verdadeiros interessados?

Certamente os operários empregados na Fábrica Nacional.

Porém, sendo a Nacional um estabelecimento que nos foi legado, sendo ainda uma fábrica que deve andar à cabeça de todas no que diz respeito a inovações, pois que é pertença nacional e consequentemente de nós todos — a clássica blague das propriedades nacionais — é de crer que não são só os empregados nela que se devem interessar, mas sim todos nós, pois que segundo a velha máxima o que é de Portugal pertence aos portugueses.

Leitor amigo, eis bem expressiva a nossa vontade: queremos salvar a fábrica da ruína que a ameaça, e pretendemos com estas linhas demonstrar-te o quanto tem sido infame o «modus-vivendi» dos homens que se inculam filantropos da fábrica, e que quicá guardam no fundo dos espíritos trapezeiros a esperança de terem em plena praça da Marinha Grande uma estátua à guiza do chocarreiro de autos, do popular poeta Chiado.

Negociamos escandalosamente, comprometemos a fábrica, enriquecemos rapidamente, e por fim quando tinham jus os interrogatórios da policia clamam que a Nacional lhes deve muitas obrigações.

Muito descaradamente continuam a governar-se, quando os verdadeiros trabalhadores se esfaíam e morrem de fome. Agora com mais razões defendemos a entrega da fábrica à Câmara. E' certo que semelhante entrega iria redundar num negócio chorudo para o Município mas o que é facto, é que se tal se desse não veríamos agora a Nacional a servir meros e simples interesses pessoais.

Vamos lá pois, como prometemos, demonstrar como a Nacional engorda a vora dos filantropos, e como estes por sua vez lhe tratam da saúde.

Vamos ver como um membro da Comissão Administrativa zela os interesses da fábrica e respecta o lugar para que se elege. Em 1914 a fábrica parou, por falta de dinheiro, e ainda porque era fortemente bloqueada pelo «dumping» dos outros companheiros.

Começam os pedidos ao Estado.

O Estado porém não ligava importância. Dizia-se até que jámais o Estado se sacrificaria pela fábrica.

Os operários sem trabalho estavam na mais critica das situações.

Desesperavam já por verem que ninguém se interessava. A Comissão Administrativa pedia a todos os políticos para conseguirem o empréstimo de algum dinheiro. Mas nada, não iam na fita, pois o caso da fábrica de vidros não daria tanto como um aumento de circulação fiduciária.

Surge nesta altura uma empresa composta exclusivamente de filantropos, da qual fazia parte Joaquim Marques de Oliveira. Era necessário provar-se à sociedade que a Nacional, com o seu actual funcionamento, dava interesses, mas fabulosos. Era necessário porém que os operários tivessem paciência, mas impunham-se grandes sacrificios da sua parte, para que se pudesse fazer alguma coisa.

Os operários como é de calcular aceitaram, pois diziam eles que desta vez é que era certo. E foi, sem sombra de dúvidas. Com esta «blague» construíram-se mais umas fortunas, por tal sinal muito razoáveis.

Nessa ocasião a Nacional estava cheia como um ovo, tinha tudo quanto era necessário. Não faltava absolutamente nada. Potes, ferramentas, e uma bela pilha de lenha. Começou a laboração e aquilo ninguém tugia nem mugia, pois desta feita era certo. Ninguém protestava. Todos os operários se sentiam sumamente gratos, por ganharem reduzidamente, e zangavam-se até quando algum mais sceptico dizia que aquilo vinha a dar em droga.

Nada disso, não podia ser!

Agora desta feita, não há que duvidar, é mais que certo.

Cumpriram-se os fados, foi certo. Os «filantropos», meses depois, diziam que a Fábrica lhes dava prejuizos. «Que pena!», diziam então os operários. «Coitados, que nem sequer exigiram lucros dos capitais!»

Nesta ocasião alguém, velhacamente, apontou o nome de Joaquim de Oliveira como sendo o principal influente de tão agradável facto.

Joaquim de Oliveira inchou, prosperou e ganhou o terreno que quis. Era tudo. Era o homem do dia, o Messias da Nacional.

Estava queimada a pilha de lenha, estragados potes, fornos e ferramentas, armazéns sem nada, os cofres vazios; mas, mesmo assim, toda a gente da Nacional dizia que os esforçados empresários eram dignos de melhor sorte.

Joaquim de Oliveira não se desconcertava, ouvindo calado todas as manifestações, olhando olímpicamente a massa, ruminando, a forma de ganhar mais alguns contos à sombra da boa-fé dos operários.

A indústria do vidro foi uma das que mais sentiu os efeitos da epidemia. A Nacional parou logo, apenas se deram alguns simulacros. Os seus operários foram «ipso-facto» atirados para a miséria. Foi a tal empresa dos «filantropos» que não se agitou no balanço.

Depois de várias «démarches» foi resolvido vender parte das lenhas para atender às despesas da fabricação, e, como tal se fizesse, a fábrica recomeçou a laboração.

O engenheiro-director era dos tais que só desejam vencimentos. De nada se importava. Que caminhasse bem ou mal, era para ele completamente indiferente. Muito tolo, sem ligar importância a ninguém, tendo como soberba e fanfarrona a sua habilitação teórica, o dr. Calazans, ao cabo de algum tempo, dava mostras de menino de sala. O ambiente viciado das officinas era-lhe em extremo antipático e prejudicial, e, por isso, como técnico que era, não entrava nas officinas. Não entrava, dissemos, nem entra. Não quero saber dos interesses da Fábrica para nada.

A Fábrica Nacional tem como guarda-livros o sr. Moraes. Este senhor trabalha, tem vontade e demonstra que quer encadear a fábrica.

Neste entretanto voltam à scena os filantropos que tinham ajudado a Fábrica. Vinham muito simplesmente exigir 20 % sobre os capitais empregados na fábrica, a quando da laboração.

O sr. Moraes não foi no fole, e eles retrocederam para voltarem animados pelo ardor do interesse e além disso porque tinham à frente um membro da comissão administrativa, um componente da empresa, o filantropo Joaquim de Oliveira!

E' pasmoso como tudo isto se passa! Chegou-nos de fresco esta novidade: «Joaquim de Oliveira vendeu ao sr. Damaz Santos, seu sogro por sinal, 617 esteres de lenha, que prizeram a importância de 6 contos de reis, que arrecadou quando a fábrica nada tem!

Veja-se a corrupção dos tempos, que faz com que um homem que subtrai 6 contos à fábrica passe aos olhos dos papalvos como um benemerito.

E não se expulsa um homem que desta maneira procede. E deixa-se só o guarda-livros sr. Moraes a lutar contra os polvos de tão duros tentáculos quando a Nacional Fábrica ameaça paralisar.

Como tudo isto causa náuseas! Pode este homem por mais tempo continuar no lugar de tesoureiro, quando é certo que só prejuizos tem dado à fábrica?

E continuará Joaquim de Oliveira, seu pai e quejandos, tudo sardinha da mesma canastra, a gozarem quando só têm em mira o prejuizo colectivo, que neste caso é o da Nacional?

E da comissão administrativa não há ninguém que queira trabalhar um pouco, defendendo e salvando o glorioso patrimonio fabril?

E preferível deixarem-se cometer estes infames escândalos, quando tanta gente empregada na fábrica não tem com que comprar um pão?

Será preciso dizer mais para que o pessoal, num gesto nobre de independência, corra de vez os tartufos e os ventosos?

Ah! Como está a calhar a frase de Cambronne!!!

Roteiro da cidade de Lisboa

Recebemos o novo roteiro da cidade de Lisboa desde Algués pela estrada da Circunvalação, Benfica, Carnide, Lumiar, Améixoeira, Charneca e Olivais e parte da margem direita do Rio Tejo desde Olivais a Pedrouços ligando Algués e fechando o circuito. Insete ainda informações sobre repartições publicas, paragens e linha dos electricos, etc., etc.

Trata-se duma útil publicação e no género é muito completa fornecendo volume com cerca de 450 páginas.

♦ TIVOLIO ♦

Telefone N. 5474

A's 8 3/4

DOLLY DAVIS

em

CLAUDINA

Comédia em seis partes

JACKIE COOGAN

(O Muidinho de Charlot) em

O PEQUENO ROBINSON

Comédia em seis partes

CHARLIE CHAPLIN

(Charlot) em

Dia de Férias

Uma Revista de actualidades

TEATRO S. CARLOS

Hoje — Hoje

repete-se a peça de FLER

e CROISSET

Os homens de hoje

que tanto êxito obteve ontem

COLISEU DOS RECREIOS

115 21 horas

Êxito sem igual

Penúltima exhibição do grandioso film Cromático

AS DUAS ORFAS

A mais notável película dos últimos tempos

DESAFIO SPART-SPORTING

Actualidade portuguesa

ALMAS DO OUTRO MUNDO

Comédia burlesca por Harold (Liró)

Penúltimo dia

SÁBADO, 9—Estreia da

Nova Companhia de Circo

MARCO POSTAL

Coimbra.—A. Januário.—A importância da quete, 6350, para os corticeiros deve ter sido entregue directamente para a Federação Corticeira, porque não consta na nossa escrita.

Benavilla.—J. R. Dias.—Aguardamos urgente liquidação.

Griceira.—A. A. B.—Recebemos 5800, para pagamento até 31 de Dezembro. Falta 4900.

Corvicaia.—M. J. Lopo.—Ficou pago até 31 de Dezembro findo.

Aibornoa.—J. Peçeguina.—Pagou apenas Setembro e Outubro.

Pôrto.—A. Comuna.—Roberto Lima está liquidado até ao último número. Breve segue a conta corrente.

AGENDA

CALENDÁRIO DE JANEIRO

S.	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31

MARES DE HOJE

Fraamar às 6,41 e às 7,01
Baixamar às ... e às 0,11

CAMBIOS

Países	Compra	Venda
Sobre Londres, cheque		95800
Madrid, cheque		2577
Paris, cheque		575
Suica, cheque		3180
Bruxelas, cheque		89
New-York, cheque		1960
Amsterdão, cheque		7590
Idiia, cheque		579
Brasil, cheque		2593
Praga, cheque		58
Suécia, cheque		5827
Austria, cheque		2577
Berlim, cheque		4568

ESPECTÁCULOS

TEATROS

São Carlos.—A's 21,30—«Os Homens de Hoje», Pollema.—A's 21,30—«Seguro de Vida», Trindade.—A's 21,30—«Clô Clô», Gândio.—A's 21,30—«Vida e Dignidade», Ipolito.—A's 21,30—«A Taberna», São Luis.—A's 21,30—«Os Gaviões», Irenilda.—A's 21,30—«O Pão de Ló», Eden.—A's 20,45—«Funguê», Celiseu.—A's 21—«As Duas Orfãs», T. Artil Vitoria.—A's 20,45 e 21,30—«Foot-Balls», Teatro São.—A's 9,45—«O Pírolito Animatográfico e Variados».

CINEMAS

Tivoli.—Olimpia.—Central.—Condes.—Chilado Terras.—Ideal.—Arco Bandeira.—Promotora.—Esperança.—Tertiois.—Cine Paris.

ISQUEIROS

Pedras, Metal Ater, vendem-se no LATA, do Conde Barão.—Dóla, 540; 100, 2830 milheiro, 25800.

LARGO DO CONDE BARÃO, 55

Grande desconto aos revendedores

LIMAS NACIONAIS

Só a grande falta de propaganda tem dado lugar a que ainda hoje se consumam em Portugal limas estrangeiras, visto que as limas da União Nacional são de primeira qualidade, com as melhores limas do mundo. Experimentem, pois, as nossas limas que se encontram à venda em todos os pontos estabelecimentos de ferragens da praça.

Guerra aos chapéus concertados

Chapéus para homem a 20\$00

Mais de 1000 chapéus de variados formatos e cores, acabados de receber para vender ao público por conta do fabricante.

OCASIÃO ÚNICA!

No Armazém de Chapéus e Lanifícios
R. dos Fanqueiros, 400-1.^o
(junto à rua da Palma)

FATOS completos e sobretudos

em bom cheiro com bons forros e bom acabamento, para homem, desde... 149\$00

Impermeáveis para homem com cinto e capuz... 149\$00

Em oleado, castanho... 245\$00

Duas faces, gabardine e oleado para vestir dos dois lados, cores, preto e bege, em lã... 425\$00

Duas faces para vestir dos dois lados, castanho e bege, em lã... 380\$00

Em gabardine preta de lã, padrão de oficial de marinha... 480\$00

Imitação de camurça e cabedal, modelo para automóvel... 139\$00

Impermeáveis para senhoras com cinto e capuz... 225\$00

Descontos para revenda
Para a provincia remetemos catálogos com amostras a quem pedir
170, Rua da Boa Vista, 172
Rua do Amparo, 36

A GRANDE BAIXA DE CALÇADO

SÓ COM O LUCRO DE 10% NA

SAPATARIA SOCIAL OPERARIA

Sapatos para senhora... 30\$33
Sapatos em verniz... 38\$33
Botas pretas (grande salto)... 48\$33
Botas brancas (salto)... 28\$33
Grande salto de botas pretas... 58\$33
Botas de couro para homem... 48\$33

Não confundir a SOCIAL OPERARIA com outras casas.
Var bem, pois só lá encontra bom e barato.
A Social Operaria é a rua dos Cavaleiros, 18-20, com Filial na mesma rua, n.º 2.

LUESAN

Anti-sifilítico eficaz, cómodo e económico
adoptado por distintos clinicos
Nº vendem nas principais farmácias

DEPÓSITOS:
No Pôrto
Farm. Dr. Moreno—Largo de S. Domingos, 42-44
Em Lisboa
F.º Azevedo, Irmão & Veijs-R. do Mundo, 24-42
Farmácia Azevedo, Filhos—Rossio, 31-33
Pestana, Branco & Fernandes—Rua dos Sapateiros, 39, 1.º

Policlínica da Rua do Ouro

Entrada: Rua do Carmo, 98
Telefone N. 5333

Medicina, coração e pulmões—Dr. Armando Narciso—A's 5 horas
Cirurgia, operações—Dr. Bernardo Vilar—4 horas
Reins, vias urinárias—Dr. Miguel Magalhães—10 horas
Fígado e esfíncter—Dr. Correia Figueiredo—11 e 12 horas
Doenças nervosas, electroterapia—Dr. R. Loff—2 horas
Doenças dos olhos—Dr. Mário do Matos—3 horas
Garganta, nariz e ouvidos—Dr. Mário Oliveira—12 horas
Estômago e intestinos—Dr. Mendes Belo—5 horas
Doenças das senhoras—Dr. Emilio Paiva—2 horas
Doenças das crianças—Dr. Filipe Mano—12 horas
Tratamento de diabetes—Dr. Ernesto Roma—3 horas
Boca e dentes—Dr. Armando Lima—10 h.
Cancro e rádio—Dr. Cabral de Melo—4 horas
Reio X—Dr. José de Padua—4 horas
Análises—D. Gabriela Beato—4 horas.

DR. ARMANDO NARCISO

Médico do Hospital de Santa Marta
CLÍNICA MÉDICA
Consultório: Travessa Nova de S. Domingos, 6 (à Rua do Amparo)
Residência: Rua Nogueira e Sousa, 17 (ao Luciano Cordeiro)

Francês sem mestre

por GONÇALVES PEREIRA
1 volume de 400 paginas 15\$00
Pelo correio 16\$50.
Pedidos à administração da «A Batalha»

A CURA DAS DOENÇAS PELAS PLANTAS, livro útil às boas donas de casa. Preço 2\$00; pelo correio, 2\$50. Pedidos à administração da «A Batalha»

Valério, Lopes & Ferreira, L.^{da}

FERRAGENS E FERRAMENTAS

Metais, cutelarias, talheres, louça esmaltada, parafusos, fundos para cadeiras, — guarnições para móveis —

Chapa ferro preta e zincada

Chapa de zinco, latão e cobre, antimonio, balanças, pesos e medidas, cravo para ferrador, serras circulares e de fita, etc.

64, R. DO IMPERADOR, 86—LISBOA—TELEF. 3330, N.º 1 gramas, FERRAGENS

Chapa de zinco, latão e cobre, antimonio, balanças, pesos e medidas, cravo para ferrador, serras circulares e de fita, etc.

64, R. DO IMPERADOR, 86—LISBOA—TELEF. 3330, N.º 1 gramas, FERRAGENS

64, R. DO IMPERADOR, 86—LISBOA—TELEF. 3330, N.º 1 gramas, FERRAGENS

64, R. DO IMPERADOR, 86—LISBOA—TELEF. 3330, N.º 1 gramas, FERRAGENS

64, R. DO IMPERADOR, 86—LISBOA—TELEF. 3330, N.º 1 gramas, FERRAGENS

64, R. DO IMPERADOR, 86—LISBOA—TELEF. 3330, N.º 1 gramas, FERRAGENS

64, R. DO IMPERADOR, 86—LISBOA—TELEF. 3330, N.º 1 gramas, FERRAGENS

64, R. DO IMPERADOR, 86—LISBOA—TELEF. 3330, N.º 1 gramas, FERRAGENS

64, R. DO IMPERADOR, 86—LISBOA—TELEF. 3330, N.º 1 gramas, FERRAGENS

64, R. DO IMPERADOR, 86—LISBOA—TELEF. 3330, N.º 1 gramas, FERRAGENS

64, R. DO IMPERADOR, 86—LISBOA—TELEF. 3330, N.º 1 gramas, FERRAGENS

64, R. DO IMPERADOR, 86—LISBOA—TELEF. 3330, N.º 1 gramas, FERRAGENS

64, R. DO IMPERADOR, 86—LISBOA—TELEF. 3330, N.º 1 gramas, FERRAGENS

64, R. DO IMPERADOR, 86—LISBOA—TELEF. 3330, N.º 1 gramas, FERRAGENS

64, R. DO IMPERADOR, 86—LISBOA—TELEF. 3330, N.º 1 gramas, FERRAGENS

64, R. DO IMPERADOR, 86—LISBOA—TELEF. 3330, N.º 1 gramas, FERRAGENS

64, R. DO IMPERADOR, 86—LISBOA—TELEF. 3330, N.º 1 gramas, FERRAGENS

64, R. DO IMPERADOR, 86—LISBOA—TELEF. 3330, N.º 1 gramas, FERRAGENS

64, R. DO IMPERADOR, 86—LISBOA—TELEF. 3330, N.º 1 gramas, FERRAGENS

64, R. DO IMPERADOR, 86—LISBOA—TELEF. 3330, N.º 1 gramas, FERRAGENS

64, R. DO IMPERADOR, 86—LISBOA—TELEF. 3330, N.º 1 gramas, FERRAGENS

64, R. DO IMPERADOR, 86—LISBOA—TELEF. 3330, N.º 1 gramas, FERRAGENS

64, R. DO IMPERADOR, 86—LISBOA—TELEF. 3330, N.º 1 gramas, FERRAGENS

64, R. DO IMPERADOR, 86—LISBOA—TELEF. 3330, N.º 1 gramas, FERRAGENS

64, R. DO IMPERADOR, 86—LISBOA—TELEF. 3330, N.º 1 gramas, FERRAGENS

64, R. DO IMPERADOR, 86—LISBOA—TELEF. 3330, N.º 1 gramas, FERRAGENS

64, R. DO IMPERADOR, 86—LISBOA—TELEF. 3330, N.º 1 gramas, FERRAGENS

64, R. DO IMPERADOR, 86—LISBOA—TELEF. 3330, N.º 1 gramas, FERRAGENS

64, R. DO IMPERADOR, 86—LISBOA—TELEF. 3330, N.º 1 gramas, FERRAGENS

64, R. DO IMPERADOR, 86—LISBOA—TELEF. 3330, N.º 1 gramas, FERRAGENS

64, R. DO IMPERADOR, 86—LISBOA—TELEF. 3330, N.º 1 gramas, FERRAGENS

64, R. DO IMPERADOR, 86—LISBOA—TELEF. 3330, N.º 1 gramas, FERRAGENS

64, R. DO IMPERADOR, 86—LISBOA—TELEF. 3330, N.º 1 gramas, FERRAGENS

64, R. DO IMPERADOR, 86—LISBOA—TELEF. 3330, N.º 1 gramas, FERRAGENS

64, R. DO IMPERADOR, 86—LISBOA—TELEF. 3330, N.º 1 gramas, FERRAGENS

64, R. DO IMPERADOR, 86—LISBOA—TELEF. 3330, N.º 1 gramas, FERRAGENS

64, R. DO IMPERADOR, 86—LISBOA—TELEF. 3330, N.º 1 gramas, FERRAGENS

64, R. DO IMPERADOR, 86—LISBOA—TELEF. 3330, N.º 1 gramas, FERRAGENS

64, R. DO IMPERADOR, 86—LISBOA—TELEF. 3330, N.º 1 gramas, FERRAGENS

64, R. DO IMPERADOR, 86—LISBOA—TELEF. 3330, N.º 1 gramas, FERRAGENS

64, R. DO IMPERADOR, 86—LISBOA—TELEF. 3330, N.º 1 gramas, FERRAGENS

64, R. DO IMPERADOR, 86—LISBOA—TELEF. 3330, N.º 1 gramas, FERRAGENS

64, R. DO IMPERADOR, 86—LISBOA—TELEF. 3330, N.º 1 gramas, FERRAGENS

64, R. DO IMPERADOR, 86—LISBOA—TELEF. 3330, N.º 1 gramas, FERRAGENS

64, R. DO IMPERADOR, 86—LISBOA—TELEF. 3330, N.º 1 gramas, FERRAGENS

64, R. DO IMPERADOR, 86—LISBOA—TELEF. 3330, N.º 1 gramas, FERRAGENS

64, R. DO IMPERADOR, 86—LISBOA—TELEF. 3330, N.º 1 gramas, FERRAGENS

64, R. DO IMPERADOR, 86—LISBOA—TELEF. 3330, N.º 1 gramas, FERRAGENS

64, R. DO IMPERADOR, 86—LISBOA—TELEF. 3330, N.º 1 gramas, FERRAGENS

64, R. DO IMPERADOR, 86—LISBOA—TELEF. 3330, N.º 1 gramas, FERRAGENS

64, R. DO IMPERADOR, 86—LISBOA—TELEF. 3330, N.º 1 gramas, FERRAGENS

64, R. DO IMPERADOR, 86—LISBOA—TELEF. 3330, N.º 1 gramas, FERRAGENS

64, R. DO IMPERADOR, 86—LISBOA—TELEF. 3330, N.º 1 gramas, FERRAGENS

64, R. DO IMPERADOR, 86—LISBOA—TELEF. 3330, N.º 1 gramas, FERRAGENS

64, R. DO IMPERADOR, 86—LISBOA—TELEF. 3330, N.º 1 gramas, FERRAGENS

64, R. DO IMPERADOR, 86—LISBOA—TELEF. 3330, N.º 1 gramas, FERRAGENS

64, R. DO IMPERADOR, 86—LISBOA—TELEF. 3330, N.º 1 gramas, FERRAGENS

64, R. DO IMPERADOR, 86—LISBOA—TELEF. 3330, N.º 1 gramas, FERRAGENS

64, R. DO IMPERADOR, 86—LISBOA—TELEF. 3330, N.º 1 gramas, FERRAGENS

64, R. DO IMPERADOR, 86—LISBOA—TELEF. 3330, N.º 1 gramas, FERRAGENS

Edições SPARTACUS

O Amor e a Vida (contos), por Campos Lima. Preço 5\$00.

A Crise Económica, seus aspectos essenciais, pelo engenheiro João Perpétuo da Cruz. Preço, 2\$50.

Três aspectos da Revolução Russa, por Emile Vandervelde. Preço 5\$00.

A Revolução em Portugal, comunista? socialista? libertária? sindicalista? — Coligação das esquerdas — A transformação da República, por Campos Lima. Preço 6\$00.

O Primeiro Congresso Feminista e de Educação (ilustrado), por Arnaldo Brasília. Preço 10\$00.

A Ceta dos Pobres (episódio dramático em verso), por Campos Lima. Preço 2\$00.

Sendas de Lirismo e de Amor (novelas), por Ferreira de Castro. Preço 8\$00.

Os Três Milagres do Convento (contos), por Antonio Passos. Preço 5\$00.

A História do Movimento Macdonista (Revolução dos camponeses na Rússia dos Soviéticos), por Archinoff. Preço 10\$00.

A' venda em todas as livrarias e na administração da «A Batalha». — (Desconto aos revendedores).

Companhia Caminhos Ferro Portugueses

LEILÃO

Em 11 de Janeiro p. f. e dias seguintes, às 11 horas, na estação desta Companhia em Lisboa, Caes dos Soldados, e em virtude do Aviso ao Público A. n.º 1 de Fevereiro de 1920, do Artigo 114.º da Tarifa Geral e do Artigo 9.º da Tarifa de despesas acessórias, proceder-se há a venda em hasta pública de todas as remessas incursas nos respectivos prazos bem como de outros volumes não reclamados.

Avisa-se, portanto, os respectivos consignatários, de que poderão ainda retirá-los, pagando o seu débito à Companhia, para o que deverão dirigir-se à Repartição de Reclamações e Investigações na estação do Caes dos Soldados, todos os dias úteis até 9 do referido mês de Janeiro, das 10 às 17 horas.

O leilão realiza-se no armazém situado ao fim do molhe n.º 5 da referida estação de Lisboa, com serventia pela porta existente na rampa da calçada de Santa Apolónia, defronte do gradeamento.

Lisboa, 18 de Dezembro de 1925.

O director geral da Companhia, *Ferreira de Mesquita*.

“A BATALHA” No Funchal vende-se no Bureau de La Presse.

Livros em espanhol

A' venda na administração de A BATALHA

Mi Comunismo, Sebastião Faure 10\$00

La Revolucion Social em Francia, Miguel Bakunine (2 volumes) 20\$00

Cartas a uma mulher sobre la anarquia, Luiz Fabri 2\$50

La Ukrania revolucionária, Agustín Souchy 1\$50

Anarquismo y organización, Rodolfo Rocker 1\$00

Entre campesinos, E. Malatesta 1\$00

En Ukrania, Rudenko 1\$00

Miguel Bakunine, J. Guillaume 1\$00

Los anarquistas (Estudio e repli-ca) Lombroso y Mella 5\$00

Errico Malatesta, Max Nettlau 6\$00

Artistas y Rebeldes, R. Rocker 9\$00

Nicolai, Romain Rolland 4\$00

Soviet o Dictadura?, Varin 1\$50

El Estado moderno, Kropotkin 5\$00

Dictadura y Revolucion, Luiz Fabri 10\$00

Bolshevismo y Anarquismo, Rodolfo Rocker 1\$00

Problemas universitários, Lelio O. Leno 1\$00

La Revolucion, José Torralvo 1\$00

Dios y el Estado, M. Bakunine 3\$00

Paginas seletas, Multatuli 3\$00

Ensayos y Conferencias, Pedro Gori 3\$00

Dos años en Russia, E. Goldman 2\$00

Quinet, Falaise 10\$00

La pena de muerte, G. Alomar 1\$00

El Teatro del Pueblo, V. de Pedro 1\$00

El Teatro del Pueblo, por Valentin Pedro 1\$50

Accion Directa, por Angel Pestana 1\$00

“Educação Social”

Revista de pedagogia e sociologia

Dirigida pelo prof. dr. ADOLFO LIMA

Publicação mensal

Redacção e administração—*Empresa Literária Fluminense, Limit.*—R. dos Retreiros, 125—LISBOA.

A' venda na administração de «A Batalha»

Serviço de Livraria de A BATALHA

Livros em Esperanto

Romance original de *Mirineu*, tradução de Sam. Meyer. 1 volume de 56 paginas... 6\$00

Tradução do original polaco de *Nierowski* por B. Kuhl, com um prefácio de Antoni Głowski. 1 volume... 4\$00

Selos de propaganda esperanta

Muito artisticos, a oito cores e oito motivos, os nossos principiaes, cuidadosamente impressos. Cada coleção de oito Colados em album com o retrato de Zamenhof com legenda

Solo em português e esperanto... 4\$50

Monólogo de *Paul Bihaud*, tradução de Fernando Doré. 1 volume de 12 paginas... 1\$75

Stranga Heredao

Mais um original de *Luyken*, o feliz autor do *Mitrida* Am. Romance interessante, aconselhado pela critica. 1 volume... 7\$00

Vade Mecum de Internacia Farmacio Por C. Rousseau. 1 volume de 283 paginas... 30\$00

Vintraj Fabeloj

De diversos autores, recomendado pela Esperanta Literatura Asocio

La Vangfrapo

Comédia em 1 acto por *Abraham Dreyfus*, tradução de S. Sa. 1 volume de 52 paginas... 4\$00

Vivo de Zamenhof

A vida do autor da lingua, com excelentes gravuras, edição de luxo. 1 volume de 109 paginas... 26\$50

Vojago Internu de Mia Cambio

Romance de *Maistre*, traduzido por S. Meyer. 1 volume... 4\$00

Vortaro Kala

Espléndido dicionário, só em Esperanto, mas compreensivo e remediando a falta do dicionário esperanto-português. Aconselha-se a sua aquisição. Este dicionário, com a *Krestomatio*, curso elemental e *Bildotablul* faz parte da primeira bagagem do principiante. 1 volume encadernado... 12\$00

Biblioteca de Instrução Profissional

Manuais de officios

Galvanoplastia... 18\$00

Motors de explosão... 20\$00

Navegante... 16\$00

Cimento armado... 25\$00

Construção Civil

Acabamentos das construções... 16\$00

Alvenario e Cantaria... 13\$00

Edificações... 13\$00

Encanamentos e salubridade das habitações... 13\$00

Materiais de construção... 20\$00

Terraplenagens e alicerces... 13\$00

Trabalhos de Carpintaria... 16\$00

Diversas indústrias

Condutor de Máquinas... 20\$00

Fogoeiro... 16\$00

Formador e estucador... 12\$00

Fundidor... 13\$00

Pilagem... 16\$00

Indústria alimentar... 12\$00

Indústria do vidro... 12\$00

Elementos gerais

Algebra elemental... 13\$00

Arithmetica practica... 15\$00

Desenho linear geométrico... 12\$00

Elementos de electricidade... 30\$00

Elementos de Mecânica... 12\$00

Elementos de Modelação... 12\$00

Elementos de Projectos... 12\$00

Elementos de Geometria... 16\$00

Geometria plana e no

A BATALHA

Redacção, Administração, Tipografia
CALÇADA DO COMBRO, 38-A, 2.º andar
LISBOA—PORTUGAL
TELEFONE 539 TRINDADE
Officinas de Impressão e Estereotipia
RUA DA ATALAIA, 114 e 116
Este jornal não se publica às segundas-fei-
ras.—Não se devolvem os originaes.—Dos arti-
gos publicados são responsáveis os seus autores.

Director: JOSE S. SANTOS ARRANHA
Editor: CARLOS MARIA COELHO
Propriedade da CONFEDERAÇÃO GERAL
DO TRABALHO
Aderente à Associação Internacional
dos Trabalhadores
Regulamentação: Incluído o suplemento semanal.
Lisboa, 9 de Janeiro de 1926: Propriedade, 235\$25
Africa Portuguesa, 6 meses 70\$00; Estrangeira,
6 meses 110\$00.

PREÇO 30 CENTAVOS—ANO VII—N.º 2175

DIÁRIO DA MANHÃ

PORTA-VOZ DA ORGANIZAÇÃO OPERÁRIA PORTUGUESA

TERÇA FEIRA, 5 DE JANEIRO DE 1926

O sensacional discurso do dr. Amâncio de Alpoim, proferido ontem na Câmara dos Deputados, demonstrou claramente que a administração criminosa do Banco de Portugal vem, de há anos, produzindo uma série de fraudes e furtos ruinosos para o país. Entre outros crimes, puníveis, segundo o Código Penal, com prisão maior celular e de grêdo, provou que o Banco traz em circulação 130.000 contos de notas falsas!

Ontem, na Câmara dos Deputados, o dr. sr. Amâncio de Alpoim, deputado socialista, proferiu acerca da ruína da administração do Banco de Portugal—primeiro estabelecimento de crédito do país—um discurso notável. Somos habitualmente parcos em adjectivos, por isso os leitores devem reconhecer que o emprego da palavra notável para qualificar a peça oratória proferida pelo aludido deputado é perfeitamente justa, traduz o seu verdadeiro valor.

Não é, para nós, notável esse discurso apenas pelo fulgor da palavra que o orador maneja com fluência e clareza. Os cantos embaldados das sereias já não nos iludem, a nós, descrentes da política e dos políticos. É notável pela flagráncia, pela verdade dos factos apontados, pela gravidade dos crimes revelados, pelo desassombro do ataque formulado. São esses factos, esses crimes—que a consciência do país, a opinião pública exigem esclarecidos—que nos interessam. As criaturas que os revelam, pouco nos importam. Nada temos que ver com as suas ideias políticas, a sua confissão religiosa ou a sua vida particular. Aos factos, a esses atribuímos toda a importância e prestamos a nossa melhor atenção.

E, pois, a importância dos factos que nos leva a publicar hoje, na íntegra, sem alteração de uma vírgula, o discurso do dr. Amâncio de Alpoim. Que ninguém veja, portanto, nos nossos actos presentes uma transigência de princípios ou uma abdicção do ideal que professamos. Nós estamos no nosso campo—o sr. Alpoim está no seu.

Vindo, como vimos, há dias seguidos, fazendo acusações contra os homens que dirigem o Banco de Portugal, apontando à opinião pública criaturas, como Inocêncio Camacho, governador do mesmo Banco, cujo passado ignominioso nos dá a certeza moral de que se imiscuiram torpemente neste caso de falsificação de notas, de gorra com os do Angola e Metrópole, serve-nos o discurso do conhecido deputado socialista para confirmar a nossa campanha redobrando-lhe o valor, com os factos esmagadores ontem desvendados no parlamento.

O Banco de Portugal traz em circulação 130 mil contos de notas falsas—falsificadas para cobrir fraudes, furtos e erros da administração do Banco. Não nos repugna, portanto, acreditar que sendo o sr. Inocêncio Camacho governador daquele estabelecimento financeiro que se entrega impudicamente ao fabrico e passagem de dinheiro falso, tivesse sido ainda o sr. Inocêncio Camacho quem tivesse encomendado à casa Waterlow, de Londres, essas notas que os do Angola Metrópole distribuíram pelo país.

Os do Angola e Metrópole estão na cadeia, mas os do Banco de Portugal, apesar dos factos os apontarem inflexivelmente como reus do mesmo crime—estão em liberdade. Não pedimos a cadeia para ninguém. Repugna-nos a missão de delator ou de polícia. Apenas frizamos a dualidade de critérios: para os cúmplices, os rigores da lei, e mesmo os que não estão na lei; para os autores da burla, os que abusando de cargos da confiança do Estado burlam uma nação inteira, a liberdade e as honrarias. Quando

um regime desce na ignomínia e na iniquidade todos os degraus, até tocar a lama, até chegar à perseguição de inocentes, como os que morrem na Guiné, e à clausura dos menos responsáveis, como os do Angola e Metrópole, para salvar os maiores criminosos que estão ocupando os lugares de direito pertencem a gente honrada—sim, quando um regime chega a esta desvergonha, os homens verdadeiramente honrados apenas tem dois caminhos a seguir: o da cadeia, que é o dos escravos; ou o da revolta, que é o dos que possuem coração nobre e ideal levantado.

Está mais do que provado (e a cobarde atitude do acusado, calando-se e recebendo em silêncio a lama que se lhe atira às faces, confirma-o) que Inocêncio Camacho, coadjuvado por amigalhões sem escrúpulos, sujou as mãos no caso do Banco do Angola e Metrópole, porque na administração do Banco de Portugal, de sua responsabilidade, tudo é sujidade; porque em vários actos da sua vida tudo é lama viscosa. As pontas dos dedos sujos do Inocêncio Camacho apareceram nas assinaturas da correspondência trocada entre o Banco de Portugal e a casa Waterlow, para a encomenda das notas falsas, que o Angola e Metrópole distribuiu. As pontas dos dedos sujos do Inocêncio aparecem ainda na prensa com que redigiu a nota para a imprensa a fim de que nos *guichets* do Banco se trocassem toda a papelada falsa que surgisse. Mas mesmo que as pontas dos dedos não aparecessem, lá de traz da cortina de «honestidade e insenção» que a imprensa venal desceu para ocultá-lo—o fétido do homem, do burlão das águas inquinadas, e da companhia de seguros falida, avisar-nos-ia da sua presença comprometedor, embora oculta, junto da montureira, da estremeira repelente das notas de quinhentos escudos.

O discurso do dr. Amâncio de Alpoim não cita nomes, apresenta factos, desvenda crimes, cuja responsabilidade está ligada a nomes. Nós encarregamo-nos de revelar, pelo menos um dos nomes—o do Inocêncio Camacho, o maior responsável.

Que o país inteiro tome conhecimento dos factos gravíssimos que o eloquente orador arremessou ontem à face fria, silenciosa—o silêncio da cumplicidade e da cobarde moral—de uma Câmara de Deputados que, dizendo-se de representantes do povo se refina apenas para sancionar os crimes perpetrados por uma oligarquia criminosa contra uma nação depauperada e sofridora. Que o país inteiro se aperceba de quão baixa é a craveira moral de uma Câmara (sempre tão pródiga em elogios e abraços aos charlatães que vendem ali em discursos parvos os elixires avariados de interesses inconfessáveis) que após o discurso esmagador, que reproduzimos, se conserva criminosamente calada.

E preciso abrir bem os olhos e ver o espectáculo com olhos de ver: tudo está ruindo nesta sociedade impura sob o império dominante do egoísmo sórdido, da ambição vil, da desmoralização máxima. Como Sodoma, embriagada de luxúria, a sociedade capitalista está morrendo, estrabuchando numa agonia de bebado que estoura à força de beber, sob o peso brutal dos seus crimes sem perdão.

Que morra depressa—e paz à sua alma!...

Senhor Presidente:

Ficará surpresa a Câmara pela natureza dos factos e considerações que vou apresentar. Aguarda-se evidentemente que eu venha ao Parlamento comentar a campanha, em termos de reclamação americana, que para aí se desenvolveu contra mim. Sei bem que não posso nem devo fazê-lo. O Parlamento não é Tribunal Criminal para apreciar os actos de um deputado mais criminoso do que Troppman Landru ou do Diogo Alves—como parece que eu sou—, nem lhe compete também julgar dos aspectos administrativos da campanha que, na forma idónea, e a meu requerimento, vão ser apreciados por quem de direito. O Parlamento discute e vota em assuntos de interesse nacional, é essa a sua missão, que não tem sido infelizmente cumprida; não a abandonará por minha culpa.

Mas a obrigação, que eu reconheço, de me não defender pessoalmente aqui, estabelece para V. Ex.ª, Senhores Deputados da Nação, a obrigação de me não atacarem pessoalmente nesta casa. Se tal succedesse—o que não creio por justiça que lhes faço—eu compreenderia que mais do que à minha apagação pessoa se pretendia enxovalhar e derrubar em mim o ideal que modestamente represento. Então eu haveria de falar com inteira clareza, subindo e descendo até onde fosse necessário, para desprazer de muitos e edificação de todos. Partiria muitos telhados de vidro—estou convencido disso—sem nenhum receio pela conservação das minhas telhas.

Não devo, não temo, e passo adiante... A causa da campanha desenvolvida contra mim é o discurso que vou fazer. Em política verifica-se por vezes este aparente contrassenso: O efeito precede a causa. E assim succedeu na Itália que Matteoti foi assassinado por causa de um discurso que ia proferir no Parlamento; e assim succedeu em Portugal que ao deputado socialista Amâncio de Alpoim (nome legítimo, porque sou filho de pais cónitos) vazaram sobre a cabeça uma carroçada de estêrco para lhe abafar a voz. Processo insensato o que se empregou em Portugal. O assassínio moral de um homem que tem razão para se defender e que sabe fazê-lo é muito mais difícil do que um sumário homicídio. A lama caiu aos meus pés, e subido sobre ela, calcando-a com as minhas mãos estou em cima de um pedestal, convencido de que se me fez simplesmente, como já afirmei, um réclame à americana.

Antes ainda de entrar propriamente nas minhas considerações, eu devo informar o país de que não dou qualquer reparação nos termos dos Códigos de Honra pelas declarações e acusações que vou produzir e provar.

No momento em que eu procurei tomar responsabilidades de honra a um homem que me ofendeu não fui atendido. Seria injusto que eu desse reparações, quando não mas dão a mim. Por outro lado succede que por estes dias mais chegados eu, como aquela viúva de uma novela francesa—de Balzac me parece—que não tinha tempo para chorar, não tenho tempo para me bater. Vou acusar muita gente, e não posso ter à porta uma bicha de padrinhos, não posso passar a vida às espadadeiras no campo.

Tal como os governos da República, eu suspendo as garantias. Quem queira reparação das minhas palavras que me procure—eu não me escondo—e empregue os processos físicos sumários. Como medida de lealdade devo informar que estou suficientemente prevenido. E homem prevenido «ale por dois».

E vamos «al grano» como dizem os nossos vizinhos irmãos

Senhor Presidente:

Não viemos ao Parlamento, os deputados socialistas, para atacar por sistema partidos políticos ou ministérios. Representantes de uma doutrina que baseia nas realidades económicas as situações políticas, deterministas convencidos e inextinguíveis na verdade dos nossos fundamentais princípios, nós, sabemos que todos V. Ex.ªs reparam bem que digo todos—desde os sentados na extrema direita monárquica até os esquerdistas que tomam lugar neste lado da Câmara—representam os mesmos interesses—os interesses da classe capitalista dominante; defendem os mesmos princípios—os princípios do individualismo económico. Só nós os deputados socialistas, representamos a classe dominada que os Senhores esmagam e o princípio do solidarismo que os Senhores detestam. E' contra a classe dominante que lutamos, e não contra V. Ex.ªs, que são os seus irmãos representantes políticos.

A absoluta semelhança de irmãos que existe entre os Senhores todos viu-se bem o outro dia, neste Parlamento, quando se votou a minha proposta para se nomear uma comissão de inquérito. Viu-se bem o outro dia que a luta existente entre os Senhores pelos seus partidos e pelas suas pessoas é apenas a expressão do insaciável desejo do Poder, não é de forma nenhuma o embate de princípios antagónicos.

Nós, socialistas, compreendemos quando estalou o escândalo do Banco Angola e Metrópole a sua trágica significação. Nós e o País. Compreendemos todos que o caso do Banco Angola e Metrópole era uma pedra caindo no charco podre da rua dos Capelistas, vinha lódo à superfície, espalharam-se no ar emanções pestilentas, e andavam em corrimão, doidas, à volta do desastre as grandes rãs e os grandes sapos do capitalismo português.

Para ver tudo, para ver lá dentro do pantano capitalista apresentámo-nos a nossa proposta de inquérito. Acompanhamos-nos de princípio os deputados monárquicos galvanizados pelo seu ódio aos homens da república, mas até eles acabaram por compreender que o ódio—mau conselheiro—os estava a arrastar à perda dos interesses que representam e viu-se no momento da votação que os monárquicos nos abandonavam. Ficámos sós, reclamando o inquérito dos deputados socialistas; e a quasi totalidade da imprensa—expressão do capitalismo dominante—acusou-nos de sermos nós que pretendíamos abafar a questão. Os Senhores foram cobertos de elogios, porque queriam luz, muita luz.

Haverá ainda alguém que tenha a audácia de afirmar à face da vergonha das vergonhas que, para aí se está presenciando, que não tinhamos razão nós, os deputados socialistas? Haverá alguém que sustente que a maneira de fazer luz é manter durante mais de um mês incommunicáveis, às ordens da Polícia de Segurança do Estado os homens que podem falar, esclarecer? Haverá alguém que diga que a maneira de iluminar este assunto é desconsiderar e perseguir como um doido obrigando-o a demitir-se, o honesto e inteligente juiz que dirigia a investigação? Haverá alguém que afirme ser útil à descoberta da verdade a conservação nos seus altos lugares—onde podem desfazer as provas da sua culpa e organizar a defesa—dos homens indicados pelo juiz? Talvez haja, talvez! Eu cá por mim já espero tudo depois de tudo que se está a passar, depois que eu ouvi nesta Câmara um ilustre deputado afirmando por sua conta e por conta de nós todos que a Nação não nos tomava a sério. Pela minha parte perdi toda a ingenuidade neste País onde se estão perdendo todos os respeito

humanos. Mas como não perdi a cabeça nem a língua falarei.

Impedido de ver em comissão de inquérito parlamentar, eu tratei de ver pelos meus próprios meios. Enquanto por indicações de cima se me despejavam sobre a cabeça chaparadas de insultos, eu espreitava e estudava.

Nem me dei ao trabalho de me defender—uma gente não caça perceções quando luta com um adversário forte e desleal. E o adversário que eu tinha—não pela frente, mas por detrás da cortina—estimulando e pagando as navalhadas que vibravam contra mim, é simplesmente a Administração do Banco de Portugal.

Comecemos pelo princípio: Eu já estou escutando por antecipação, Senhor Presidente, o clamor patriótico de certos órgãos da imprensa que recebem pela verba de publicidade do Banco de Portugal. Vou tirar contra mim, indignados ou compungidos, acusando-me de trabalhar por conta de Trotsky ou de Zinovieff para derrubar o baluarte de crédito nacional, o sacrário da economia portuguesa, a imaculada vestal financeira, *Turris eburnea*, sucessora dos falidos «Banco de Lisboa» e «Companhia Confiança Nacional», que se chama o Banco de Portugal. Vou passar a ser traidor em letras de molde, pagas a tanto por linha.

Raciocínios, se ainda é permitido fazê-lo em Portugal. O crédito da Nação não deriva das barras metálicas e títulos de dívida estrangeira—mais ou menos empenhados—que todos somados não valem três milhões de libras, existentes nos cofres do Banco de Portugal. Mas de nós todos se assim fosse. O crédito do país baseia-se exclusivamente no trabalho, na produção e capacidade tributária de 6 milhões de portugueses, o que me parece ser uma base muito mais nobre e mais alta.

E' tão forte este pilar do nosso crédito que resiste aos constantes assaltos que no Parlamento e na imprensa se dirigem à administração republicana em todos os seus organismos, sem que tenham receio os atacantes—e ninguém disso os acuse—de derrubar o nosso crédito pela constante propaganda do nosso descalabro administrativo.

O crédito nacional pertence à Nação, e esta não passou, nem podia passar, procuração para a representar e defender a dezena de monárquicos que dirigem e dirigiram o Banco de Portugal.

Pois explica-se lá que a República se tivesse proclamado para defender a Nação, e deixasse a base do seu crédito entregue às mãos de monárquicos eleitos pelos seus amigos e cúmplices dos seus negócios? Que disparate seria este? Os republicanos que o afirmam terão de reconhecer que atraíram a República mantendo essa situação. Uma organização financeira de tal forma importante à economia da Nação, não podia, nem uma hora, estar entregue à mão de homens que não sejam escolhidos pelos legítimos representantes desta, que sejam, como os actuais, adversários do regime, reconduzidos como foram agora os directores do Banco de Portugal por aclamação de um grupo de amigos que descontam no Banco sugestão pelo inclassificável *truc* que nessa assembleia se empregou. Refiro-me, senhor presidente, à finta visivelmente preparada para os efeitos da assembleia geral, a despretivel comédia da confissão dos presos ao chefe Xavier, comunicada à assembleia por um cúmplice da Administração.

Não, não se pode argumentar com a falta de patriotismo de quem não reconheça que o Banco não representa de qualquer maneira, felizmente (e já se compreenderá porque digo *felizmente*) a Nação ou o seu crédito. O crédito que o Banco ainda possui atra-

vez de uma administração cuja incompetência só é excedida pelo impudor, deriva da situação legal que se lhe criou. Daí e apenas daí. Mas se assim não fosse, se realmente o Banco constituísse o mais importante departamento da administração nacional, teríamos que reconhecer, meus senhores, que também não era lícito manter o segredo por um único momento sobre erros e crimes da sua administração. Traidores à Pátria, incontestáveis traidores, seriam os homens que conhecendo-os se mantivessem em silêncio. Esses sim, esses é que fariam o jogo dos inimigos externos, e pela cumplicidade do seu segredo contribuiriam para se lançar o País nos horrores da ruína e da anarquia.

Eu não hei-de ser um desses homens, senhor Presidente.

Tive o mau sestro de espreitar lá para dentro e compreender. Sereno, sem arremessos de herói, que não sou, sem timidez de escravo que também me prezo de não ser, venho afirmar a V. Ex.ª, e ao País, que a Administração do Banco de Portugal, numa assombrosa cumplicidade de homens elegantes que passam a vida a reclamar por sua honra, falsifica as contas, falsifica as notas e defrauda o País.

Afirmo e provo! E' esta constante falsificação e fraude, que vem já de há muitos anos num pavoroso crescendo, que vem do tempo da monarquia sem correctivos da República, a causa fundamental por que o Banco de Portugal pagou sem pestanejar, alegando patriotismo—o patriotismo!—como causa determinante deste ruinoso acto, as dezenas de milhares de notas falsas que foram espalhadas pelo País. O charco pretendeu voltar ao repouso depois da queda da pedra do escândalo, lançando para o ambiente a névoa de uma campanha de imprensa que aspira à revolução. Não haverá de o conseguir. A consciência do povo trabalhador despertou, quando não hajam despertado outras, e não está disposta a tornar a adormecer.

Vamos a contas, meus Senhores, neste assunto que é de contas.

Não calculem que os vou maçar com a exposição de cifras abstractas e narcóticas. De entre a infinidade de provas que eu conheço, e tenho, haverá de destacar apenas um punhado e nada mais, simples e nítidas tais como existem, fulminantes, esmagadoras, reclamando em altos gritos prisão maior celular. Tenho aqui à minha frente os três últimos relatórios do Banco (1922, 1923 e 1924); tenho aqui à minha frente, com as respostas que o Banco deu, as célebres perguntas, as diabólicas perguntas, as tenebrosas perguntas desse homem de bem e grande republicano que se chama Joaquim Augusto Pinto de Lima. Posso todas estas coisas em duplicado, e o duplicado das perguntas guardado em lugar seguro.

Este material é bastante.

Vossa Excelência, Senhor Presidente, conhece a história destas célebres perguntas de Pinto de Lima. Apareceu a certa altura o sr. Luís da Silva Viegas fazendo uma entrevista com retrato, nas páginas de um jornal que o tinha enxovalhado dias antes e que a propósito da entrevista o cumulava de elogios. A parte fundamental dessa entrevista era a acusação lançada contra Pinto de Lima de haver sugestionado ao sr. Torres Garcia, ministro das Finanças, uma série de perguntas que este haveria de dirigir ao Banco de Portugal tendentes a colocá-lo em estado de falência. Os despauteiros que se dizem nesta terra...

A falência de um Banco não se abre por perguntas, é por factos. Um Banco que esteja em boa posição financeira só pode lucrar quando se lhe for-

mulem perguntas sobre a sua capacidade e administração.

Preguntem V. Ex.ªs ao Banco Morgân, à casa Rothschild, perguntem tudo quanto lhes apetezer e verão que não lhes abrem a falência. E' um caso único de disparate afirmar que as muralhas do Banco de Portugal podem cair crivadas com pontos de interrogação, tal como caíram a toques de cornetas as muralhas de Jericó...

As perguntas desorientaram a administração do Banco, desorientaram o sr. Luís Viegas, desorientaram várias pessoas amigas da casa, e resumiram-se afinal em oito pequenas interrogações. Apenas oito, e por tal forma perturbantes que já andam por aí a dizer que foram 23!

Vale por três cada uma, aproximadamente...

Não tenho que fornecê-las ao sr. ministro das Finanças, porque as possui no seu ministério com as competentes respostas. Mas devo informá-lo de que essas perguntas não foram formuladas como o sr. Torres Garcia as redigiu. Intermediários, que para o caso não importam, as modificaram em termos de se responder mais facilmente, de se responder no ar.

Pinto de Lima pedia números, estado de contas, datas, com a segurança de um questionário comercial; e amoldaram-se as suas perguntas pretendendo-se-lhes dar um aspecto apaixonado e tendencioso que compromettesse o próprio interrogador; tirou-se-lhes a exigência de números de justificação, para se lhes responder apenas com afirmações.

E nem assim, nem assim se conseguiu responder em termos já não digo de justificação, digo em termos de decência. Falsificou-se a verdade, e a verdade aparece no punho dos próprios que a falsificam.

Sai de uma cloaca de mentiras, mas é a verdade ainda.

Quanto aos relatórios do Banco, quanto aos relatórios do Banco, eu admiro curvado a capacidade mental do homem que os saiba compreender.

São feitos como certos artigos de certa imprensa, no propósito indiscutível de empecer quem os leia. Como trabalho de contabilidade, um aleijão, uma vergonha; como trabalho de gazua são uma perfeitão, um monumento. Há de tudo lá dentro, há molas ocultas, subterráneos e alcapões. As rubricas modificam-se de ano para ano, numa mixórdia infernal de contas que chega ao descaramento de se misturar, confessando-se que é asneira, na resposta às perguntas do sr. Torres Garcia, (se fosse apenas asneira!) a verba de Móveis e Edifícios com a verba de Notas de Banco em Existência. E, para se mascarar a porcaria, as notas são incluídas na designação *Outros objectos*. Esses «outros objectos» são as notas que estão em Armazém compradas no tempo do dinheiro barato, e que vão ser pagas pelo Estado muito acima dos preços actuais do mercado, conforme a ruínosa (para o Estado claro está) convenção de 24 de Março de 1924.

Na conta de Ganhos e Perdas, ao lado das rubricas dos Diversos Juros e dos Diversos Lucros das Agências, aparece uma conta global de Diversos Juros e Diversos Lucros para que ninguém se entenda.

As Despesas de Estampagem e Emissão de Notas andam misturadas com as despesas de Amortização.

Os títulos-curo das reservas estabelecidas pelo contrato de 1918, que deviam ser escriturados ao par, andam lançados com ágio, e assim aparecem no relatório de 1924 os efeitos ouro lançados a 9570 por libra e a 2512 por dólar. E, assim, succede que no relatório de 1921 aparecem 150.000 dólares escriturados por 176.700\$00, e no relatório de 1923 surgem os mesmos 150.000 dólares

lançados por Esc. 295.930\$92. Nenhuma das duas cifras é a verdadeira que devia ser Esc. 138.750\$00.

Não há desenvolvimento respeitante à importantíssima verba de Balanço *Fundo de Amortização e Reserva* criada pela lei de 9 de setembro de 1915, e assim se esconde a misteriosa vida desse fundo. E etc., etc., etc.

Seria um nunca acabar se eu continuasse examinando o sujo aspecto geral dos relatórios. E' preciso ter a alma dum Sherlock-Holmes para se perceber qualquer coisa nesses papulechos.

Mas mesmo assim alguma coisa se entende, inequivel, inofensível, real. O confronto das respostas às perguntas do sr. Torres Garcia com as verbas do relatório, com os diplomas que regulam a vida do Banco, produz conclusões esmagadoras para a Administração do Banco.

Comecemos.

Já me afirmou uma alta personalidade da Administração Pública que as respostas do Banco são triunfantes. Vamos lá a ver alguns desses *triumfos*, começando pelo final da prosa do Banco, que é uma girandola em que o sr. Governador faz a apologia do colosso da Rua dos Capelistas inteiramente convencido de que os homens que não de ler a sua prosa são patetas de raiz.

São assim se explicam as heresias e as confissões vergonhosas que nessa girandola retórica se contém.

Diz o sr. Governador:

«Os balanços anuais do Banco demonstram, sem o menor esforço, que, longe do Banco ter perdido um quarto do seu capital, o activo é de tal modo seguro, certo e bom que as acções do valor nominal de escudos 100\$00 se cotam muito acima de escudos 900\$00».

E são leigos, pessoas inconscientes as que adquirem estas acções? Não. Pelo contrário, são os conhecedores do mercado de valores, são os banqueiros, são as Companhias e empresas bem geridas que adquirem esse papel conscientemente, como um valor seguro; é o próprio Estado que adquiriu um grosso lote dessas acções, porque vários srs. ministros das Finanças assim o decidiram certos de que bem empregavam os Fundos do Estado.

É fantástica de audácia e de inconsciência esta colecção de afirmações. As acções do Banco são de escudos 100\$00, do tempo do dinheiro forte; deviam valer actualmente escudos 2.100\$00; andam arrastadas a escudos 900\$00, e o sr. Governador do Banco manifesta-se satisfeitiíssimo com esta situação. A praça reconhece na cotação das acções que o Banco perdeu mais de metade do seu capital, e o sr. Governador a arrebrantar de alegria!

Mas há mais. Toda a gente sabe que a cotação de 900\$00 é consequência da absurda compra continua de milhares de acções feita pelo Estado, da compra de mais de 8.000 acções realizada à pressa pelos homens do Banco Angola e Metrópole, da procura que das acções do Banco fazem os comerciantes e banqueiros que pretendem alargar o seu domínio na repartição do desconto e nas outras.

Como emprêgo de capital rende o papel 3,3%, numa praça onde a taxa de desconto é de 9%, e os juros e rendimentos habituais excedem 12%? Se se calcular o valor das acções como o mercado geralmente o calcula, em torno do rendimento dado, que foi de 30\$00 fracos por acção em 1924, não acharemos nesta praça, que está capitalizando a 12%, um valor real para o papel do Banco superior a 2050\$00 fracos.

E para achar esse valor é preciso aceitar que o dividendo seja a expressão dos lucros da gerência, o que se não dá, porque se vão buscar ao fundo de reserva variável—

como o próprio Governador confessa na sua resposta à quarta pergunta do sr. Torres Garcia—as verbas que não cobrir prejuízos parciais para se encontrar saldo a favor na conta de Ganhos e Perdas.

Após esta assombrosa resposta o senhor Governador desfecha a continuação da girandola e diz-nos babado em orgulho:

«Mas há mais um testemunho importante que não convém desperdiçar: é o testemunho que dão três grandes Bancos do mundo: Westminster Bank, Ltd. (Londres); Midland Bank, Ltd. (Londres); Irving Bank Columbia Trust Co. (Nova-York) o primeiro alargou há pouco tempo e mantém ao Banco um crédito de 1.000.000 das quais 500.000 são caucionadas; é com este grande Banco inglês que o de Portugal mantém maior soma de operações; o segundo concede um crédito de 300.000, sendo caucionadas só 100.000; e o terceiro um crédito de 1.700.000 dólares das quais 500.000 sem caução; quer dizer num total de cerca de 1.700.000 libras, pouco mais de 1.000.000 está caucionado; há pois um crédito inteiramente a descoberto de cerca de 500.000 libras (isto é perto de 500.000 contos da nossa moeda) concedido unicamente pelo crédito do Banco de Portugal. Ninguém acreditaria certamente que os técnicos daqueles grandes estabelecimentos informem os seus administradores, favoravelmente ao Banco de Portugal, sem que tenham conhecimento exacto do valor do activo deste estabelecimento de crédito».

Estou farto de dizê-lo em toda a parte e devo repeti-lo aqui: Os *gentlemen* das altas finanças quando falam com as autoridades e funcionários da república, ou armam em imbecis, ou convencem-se (e mais me parece certa esta segunda hipótese) de que toda a gente é tola.

Quando mente o Banco?

Quando afirmou na proclamação distribuída por ocasião da última assembleia geral que podia levantar no estrangeiro a descoberto 50.000, ou quando diz aqui ao ministro que pode levantar cerca de 450.000 a descoberto? Teria vergonha de vir a público com a história contada ao ministro, e procedeu como aquele compadre que cortava o rabo do macaco? Vá lá a gente sabê-lo...

Mas é mais importante que é indispensável sublinhar é a desastrosa confissão de que o Banco de Portugal tem lá fora créditos caucionados no total de 1.200.000 quando os títulos da sua carteira privativa apenas atingem pelo relatório de 1924 valor aproximado de 430.000.

Qual é o resto da caução? De que se compoem? Onde o vão buscar os administradores do Banco? Vão buscá-lo aos fundos de reserva que não pertencem ao Banco, vão buscá-lo aos títulos resultantes da conversão da prata que também ao Banco não pertencem porque garantem 38.044.000\$000 escudos de circulação, como o próprio Banco confessa na sua resposta ao quesito 5.º do dr. Torres Garcia. A soma destes valores pelo relatório de 1924 dá aproximadamente a quantia indicada pelo Banco como montante de caução na sua infelicitíssima resposta. E assim temos que a Administração do Banco cometeu e confessa o crime previsto e punido pelo art. 453.º do Código Penal, o crime de abuso de confiança, empinando no estrangeiro os títulos e efeitos ouros que lhe não pertencem porque são garantia da nota. Não levou lá para fora as garantias metálicas (estou convencido disso) apenas por causa do peso que dificulta o transporte.

Em que mal parados créditos concedidos aos propagandistas, cúmplices e amigalhões da casa estarão transformados esses títulos?

Faz vergonha, faz náusea, e faz tristeza, ter de apontar tais horrores!

Mas há mais, há pior, há muito mais grave.

Poderia argumentar-se que eu estou raciocinando por deduções, quando em verdade apenas me baseio em confissões, sem recio de que se venha a demonstrar a impiedade da nota que afirmo. Vamos pois adiante neste crescendo de escândalos.

No seu primeiro quesito o sr. Torres Garcia interrogava:

«No relatório do Banco de Portugal referente ao ano de 1923 verifica-se uma venda de 248 obrigações do Fundo Externo Português de 3 %, da terceira série, ao preço médio de 141\$12, obrigações estas que pertenciam ao Fundo de Reserva e Amortização. Foi autorizada pelo Governo esta venda?»

Resposta.

Não houve venda, as obrigações aludidas foram *reembolsadas* pela Junta do Crédito Público em

26 de Fevereiro de 1923 obg. 143
5 de Novembro de 1923 obg. 105
obrigações 248

«por terem sido sorteadas».

Esta resposta, sr. ministro das Finanças da República, excede «tudo quanto a antiga musa cantava» em matéria do desbaratamento. Parte-se, para o dar, de princípio que ninguém no Ministério das Finanças sabe o que é o sorteio das obrigações de 3 % da 3.ª série Fundo Externo. Lê-se e relê-se e custa a acreditar. O Governador do Banco afirma que as obrigações foram sorteadas pela Junta do Crédito Público à razão de 141\$12 cada uma, calculando que o ministro não sabe que as obrigações sorteadas são pagas ao cambio e pelo valor de 1918 cada uma. Para informar com precisão a Câmara conseguiu saber na Junta do Crédito Público as tabelas que se aplicam nos dias 26 de Fevereiro de 1923 e 5 de Novembro do mesmo ano. Foram respectivamente de Esc. 2.183\$314 e Esc. 2.247\$529. O sorteio deveria ter produzido assim Esc. 312.213\$902,2 mais Esc. 235.990\$545 ou sejam no total Esc. 548.204\$447. Só foram lançados em conta Esc. 35.109\$85; faltam portanto 513.094\$589,7. Quinhentos contos! Quem os furtou?

Estavam há pouco, sr. Presidente verificando o caso do art. 453.º do Código Penal; estamos agora encontrando a hipótese do art. 421.º

Não se trata de um roubo, felizmente, trata-se apenas dum insignificante furto de 53 contos, coisa sem importância para pessoas tão honradas que mereceram apoteose de honra numa assembleia geral do Banco de Portugal.

Mas a cascaçada ocultação, que na resposta ao quesito se pretende fazer, do furto cometido origina um assombroso rosário de verificações.

São como as cerejas as poucas vergonhas e as misérias que surgem nas abrumadoras respostas do sr. Governador do Banco de Portugal. A gente espera o Fundo de Reserva e vê-o anualmente roubado. Não apacem as receitas provenientes dos sorteios interiores. Existe actualmente um lote de 1.945 obrigações da 3.ª série de 3 %, Externo que era de 47.714 em 1923, e de 1.202 em 1922. Não há particular possuidor dum lote de 200 obrigações de 3 %, que

não veja uma pelo menos safada em cada sorteio. Só o Fundo de Reserva do Banco de Portugal, possuidor de dezenas de milhares de obrigações, não tem uma única obrigação sorteadas em gerências que eu verifiquei desde 1915. A média do sorteio anda em volta da percentagem 1/250. E afinal parece melhor que as obrigações não saiam sorteadas porque quando tal sucede o Banco leva-as à escrita por verba inferior à cotação do mercado, como se vê do relatório de 1923. Deu-lhes o preço das cotações da 3.ª série. Gaffe de escrita natural num Banco que está inteiramente posto a saque. Este furto das obrigações sorteadas deve ascender a alguns milhares de contos.

Bagatelas, bugiarias para homens tão honrados, tão honrados que o corretor do Banco é ao mesmo tempo membro do seu conselho fiscal. Fiscalisa os homens que lhe dão ordens!

Não falemos mais, que poderia fazê-lo, sobre este assombroso ponto. Passemos à segunda pergunta.

Interrogou o sr. ministro das finanças:

«No mesmo relatório (1923) consta que se deixaram de aplicar na compra de títulos para o fundo de amortização e reserva mais 16.000 contos. Concorde o governo com a não aplicação desta importância contrária ao estabelecido na base 5.ª da lei n.º 404?»

Resposta:

«As razões da falta de emprego da citada verba foram as que a seguir se inserem e com as quais sempre o governo concordou, concordância de que há provas materiais que produzirei se v. ex.ª o desejar.

1.ª. Ser altamente inconveniente para a economia nacional distrair do mercado, numa época em que o cambio dia a dia se agravava fortemente, libras correspondentes a 16.000 contos para com elas adquirir em Londres (ou Paris) títulos ouros que viessem ao fundo de amortização e reserva.

2.ª. Não ser possível adquirir nas bolsas nacionais obrigações de 3 %. Externo português em soma tão elevada;

3.ª. Ainda mesmo que as compras fossem feitas em pequenos lotes, isso apenas serviria para alimentar especulações bolsistas, promovendo uma alta anormal do 3 %. Externo que tinha então atingido cotações muito elevadas.

O conveniente, e isso foi feito, era esperar uma ocasião favorável proveniente da melhoria do cambio ou de qualquer outra boa oportunidade.

Essa oportunidade veio, com efeito, nos princípios de 1924 em que o próprio Estado pôde fornecer, por venda, ao Fundo de Amortização e Reserva um lote grande de obrigações de 3 %. Externo que tinham pertencido ao Fundo de Conventos dos Religiosos suprimidos; assunto que adiante será desenvolvidos.

É preciso ter paciência para suportar sem enjão este estendal de desgraças. A resposta é uma vergonha. Não se trata de 16.000 contos que brotassem subitamente do solo em algarço de magia. Este dinheiro provém de liquidações trimestrais que deviam por lei ter sido sucessivamente realizadas desde 1921. E mentira portanto o alegado perigo de se lançar à Praça uma ordem de compra tão avultada. O que é verdade é que o Banco andou desde 1921 aplicando por sua conta, às suas taxas de juro, alguns milhares de contos que lhe não pertenciam. E para justificar-se vem dizer que aguardou a ocasião oportuna, da compra. Sabem v. ex.ª quando foi essa ocasião oportuna? É o Banco que o diz na sua resposta ao quesito 3.º confessando que em 1924 aplicou 12.948 contos na compra de obrigações do Fundo Externo da 1.ª e 3.ª série às cotações médias de Esc. 804\$30 cada uma. Comprou em 1924 por Esc. 804\$30 as obrigações que entregou em 1923 por Esc. 141\$12 cada uma... E está satisfeito, impa de gozo!

Que querem v. ex.ª que eu chame a isto? Haverá adjectivos suficientes no dicionário português?

Estes Fundos de Reserva do Banco são uns desgraçados. Passam a vida levando sócos. Vê-se na resposta ao quesito 4.º que o Fundo Variável é o que paga as anuidades e os calotes da gerência, para se poder afirmar em público—como já se fez quando da penúltima assembleia geral—que o Banco não tem calotes. Assim sucede que o Fundo Variável está em 1924 mais fraco do que em 1918. Tinha, no Balanço de 1918, 788.588\$32, tem agora pelo último Balanço de 1924, Esc. 662.231\$47. As quantias que se foram buscar a este Fundo desde 1918, a prefixo da consolidação do activo, atingem Esc. 3.844.000\$00.

Mas ainda mais infeliz é a sorte de um outro mais importante, que é o Fundo de Reserva e Amortização estabelecido pela lei de 1915. Esse não como nada, coitadinho, e apenas auferiu em 1924 Esc. 220.000\$00, quando deveria pelo acréscimo do seu próprio rendimento, e pela verba de 518 % que o Estado paga sobre a sua circulação, receber nesse ano quantia aproximada a Esc. 16.850.000\$00. E contudo o Estado foi debitado pela sua percentagem e os rendimentos do Fundo foram recebidos. Trata-se de perto de 16.500 contos desaparecidos por um buraco na formidável barafunda, no formidável desbarato que vai ao infinito da incompetência, às sumidades do crime. E as sumidades do crime são atingidas na falsificação particular que a Administração do Banco de Portugal vem realizando há muito tempo, a falsificação das próprias notas em quantia actualmente superior a 130.000 contos.

Os homens que estão presos como falsificadores não chegaram a ir tão longe...

Não se trata das notas já tantas vezes neste Parlamento chamadas falsas, designadamente pelo sr. dr. Alberto Xavier, Director Geral da Fazenda Pública, e pelo antigo Ministro das Finanças e Presidente do Ministério sr. Cunha Leal. Não vou tratar das notas emitidas em turvo segredo de Estado (crime gravíssimo) com desobediência à Constituição e a todas as leis e contratos, para satisfação das necessidades do tesouro. Não. Vou falar de notas falsas, emitidas particularmente pela Administração do Banco para acudir aos seus negócios, para acudir ao seu descalabro administrativo, para dar dividendos fictícios, para tudo quanto tenho dito, para tudo quanto ainda um dia se há de dizer.

Vejamos:

Pelo contrato de 29 de abril de 1918 o Banco ficou obrigado a manter uma reserva legal não inferior a 25 % para toda a sua circulação privativa de notas, desde que excedesse 75.000 contos. Este contrato era consequência do decreto 1.414 cujas disposições só podem ser revogadas pelo Parlamento, porque só ao Parlamento compete privativamente regular a emissão das notas (Constituição da República, art. 26.º).

Se a Administração do Banco ou qualquer dos administradores, para uso particular, emitir notas fora dessas condições, ainda que sejam os mesmos o papel, a tinta e a chapa da sua emissão, terão feito notas falsas.

As notas que se fabricaram fora da lei para as necessidades do governo ainda podem considerar-se semi-falsas; as outras

que se fabricarem e emitam para as necessidades particulares do Banco ou dos seus amigos, essas são falsas sem semi.

E a partir de 1920 o Banco de Portugal está emitindo notas falsas para o seu uso particular porque excedeu a cifra de 76.000 contos de circulação privativa sem ter reservas legais que se aproximem sequer aos 25 %, necessários para a cobertura dessa circulação. Leio números:

Datas	Circulação contos	Reserva ouro contos	Reserva que deveria existir, ouro, c.
1920	95.000	10.970	23.850
1921	99.300	11.039	24.825
1922	133.000	11.287	33.250
1923	94.000	11.332	23.500
1924	150.000	11.500	25.250

E' de notar que os números da circulação foram arredondados por diminuição e que não reduzido ao par as reservas ouros que andam ilegalmente lançadas como prémio na escrita e que assim apareceu quasi dobrada no valor. Pois mesmo desta maneira não se pode negar que andam desde 1920 girando por esse país fora dezenas de milhares de contos de notas falsas emitidas pela administração do Banco. Trata-se de uma especialidade da casa... Notas falsas para os negócios, notas falsas para o desporto, notas falsas para as despesas, notas falsas para os dividendos.

Um ligeiríssimo crime, quasi sem importância, porque se trata de pessoas super-honradas, acima de qualquer suspeita, gente «chica» que frequenta a boa sociedade, mas que tem o ligeiro defeito de se haver coadunado sob a alçada do artigo 206 do Código Penal que dá aos falsificadores o prémio de 8 anos de prisão maior celular e 12 de de grêdo!

Bagatela... convoca-se uma assembleia geral, descompõem-se os governos e as autoridades da República, despeja-se uma cabazada de insultos sobre quem se permitia apitar pela polícia, e fica tudo como dantes na paz do Senhor.

Ou bem que se é homem de bem, por profissão, ou bem que se não é.

Esta bagatela, este mimo, atinge à data das últimas notícias a ninharia de mais de 130.000 contos falsos. Estão roubados nessa quantia os portadores de notas, está roubada nessa quantia a economia nacional, e não falo na pátria porque a defesa da pátria é privilégio exclusivo dos super-honestos, super-patriotas da rua dos Capelistas e da rua Formosa.

Estão roubados, e vamos ver porque:

Respondendo ao quesito 5.º do sr. Torres Garcia o Banco confessa uma circulação privativa ouro, existente em 26 de Agosto de 1925, de 61.894 contos.

Este número é de uma modestia adorável e eu que já sei e já demonstrei como se mente nas respostas do Banco, facilmente demonstraria que é produto de uma simples fantasia. Mas não vale a pena gastar tempo a demonstrá-lo. Aceitemos o número.

O que o Banco não diz (naturalmente por ingenuidade simplicidade recatada) é que trazia, e traz pela sua Câmara de compensação, sem título legítimo de saída, uma pequena circulação surda, só para amigos, que atinge 50.000 contos. Toda a praça o sabe. E já temos assim 111.894 contos de circulação.

Mas como ainda por cima o Banco se dedicou (por patriotismo, claro está) a pagar 90.000 contos das chamadas notas falsas (e falo por informações que vem de lá) temos assim que traz cá por fora 201.894 contos de notas, quando a sua reserva lhe não permite trazer mais do que 75.000 contos. As reservas que lhe confessa (exagerando-as por valorização como é seu costume) na resposta ao quesito 3.º sobem apenas a 18.715 contos. Faça a conta quem quiser sabendo-se que essa reserva tem de ser de 25 % da circulação.

Todas as notas ouro do Banco de Portugal que excedem em circulação privativa, 75.000 contos são mais falsas do que Judas. O Banco traz cá por fora em giro cerca de 130.000 contos de notas falsas; quando pagas as notas do Banco Angola e Metrópole pagou-as com notas falsas e embrodou em arco reclamando «Torre e Espada».

Não vale a pena continuar sr. Presidente. Não é preciso continuar. Afirma à Câmara que analisou apenas uma pequena parte das traqueberras e dos crimes cometidos pela Administração do Banco de Portugal.

A monarquia deixou lá as suas raízes, e por qualquer lado que se escave o solo em volta só se encontra podridão. Tudo se pode esperar daquela gente e dos seus cúmplices porque tudo têm praticado, tripudiam sobre os interesses dos acionistas, dos portadores da nota, e da Nação.

Falta dizer muito mais do que tudo quanto disse. A proclamação vai na rua e só acabará os foguetes quando se tomem por parte do Governo as indispensáveis providências, tão energias, tão justas, como o caso requer.

Não fiz, como v. ex.ª viram acusações indemonstradas. Não accuso pessoas porque me faltam elementos, que só uma investigação imparcial poderá possuir, para descobrir dentro do Banco as responsabilidades pessoais pelos assombrosos crimes que me orgulho de haver denunciado. Convenço-me mesmo estou de que alguns dos Administradores do Banco e seus Fiscais são apenas negligentes que confiaram aos outros os seus trabalhos e deveres. Eu apenas sei ser acusado sem provas, não me ensinaram a acusar dessa maneira.

E deixem-me v. ex.ª dizer que me sinto no dever de excluir das minhas acusações gerais—porque conheço factos que o ilibam—o sr. dr. Lobo d'Ávila Lima—o único de entre todos que saiu da Administração do Banco.

Sr. Presidente do Ministério, sr. Ministro das Finanças—Em nome dos interesses dos ludibriados acionistas do Banco, em nome dos interesses do Estado, em nome dos supremos interesses da economia nacional, em nome da Moral e do Direito; cumprindo em nome da Moral e da Justiça, meu dever, eu reclamo de v. ex.ª as imediatas medidas que exigem os trágicos factos que apontei.

E enquanto me não calarem a voz, porque me tirem a vida, eu hei de gritar deante da Nação:

Senhores Ministros, Republicanos Portugueses, a Administração do Banco de Portugal é uma caverna de falsificadores e ladrões!

Amâncio de ALPOIM.

O Sindicalismo Revolucionário e a Organização Operária

Por Rodolfo Rocker. Fogo escritor e um dos maiores oradores da Alemanha, membro da A. I. T. Folheto com 32 páginas, com um esboço biográfico do autor: Preço 1\$00.

Pedidos à administração de A Batalha.

A revolução Social e o Sindicalismo

Por Arckinof. Preço 1\$50.

CONFERÊNCIAS

«O Socialismo» pelo dr. sr. Ramada Curto

E' hoje que, pelas 20 horas, o dr. sr. Ramada Curto realiza na sede da Universidade Popular, rua Particular—Almeida e Sousa—a sua conferência sobre «Socialismo» da série de conferências de divulgação sociológica que aquela instituição educativa resolveu efectuar.

Já se encontra à venda o

ALMANAQUE para 1926

192 páginas com muitas gravuras

Preço 5\$00

Pelo correio 6 escudos

CONTENDO:

Resumo do calendário de 1925—Calendário para 1926—Resumo do calendário para 1927—O que há a fazer nos doze meses do ano—Calendário para os anos de 1900 a 1980—Subsídios para a história do movimento sindicalista em Portugal, por Alexandre Vieira—Revolução e contra-revolução; resenha dos factos mais importantes ocorridos de 1918 a 1925—Militantes e propagandistas mortos: António Manuaes, Neno Vasco, José Sebastião Cebola, José Lopes, Virgílio Santos, Guilherme Lima, António Marvão, Miguel Córdoba, Francisco Cristo, António José Ávila e Joaquim da Silva—Legislação: acidentes de trabalho, árbitros avidores, inquilinato e regulamentação de trabalho—Indicações úteis: marés, imposto do selo e correio—Relação dos organismos operários—Juventudes sindicais—Imprensa operária, corporativa e social.

Serviço de livreria de A BATALHA

FOLHETOS

Eliseu Reclus — Anarquia e a igreja 1\$00
Gonçalves Correia — A felicidade de todos os seres na Sociedade Futura 50¢
José Prat — A burguezia e o proletariado 50¢
A necessidade da Associação 50¢
Conteúdo — Contra o confusãoismo 50¢
Alfredo Neves Dias — Razão (poema) 50¢
Landauer — Social Democracia 30¢
R. Mela — O princípio do fim 30¢
J. Most — A maçonaria e o proletariado 30¢
J. Rio — Peste religiosa 50¢
Trovas da noite 1\$00
Definições sociais 50¢
O Cvadro (teatro) 1\$00
Horas anárquicas (versos) 50¢
Carnet de Pensamento 20¢
J. Bakunine — No sentido em que somos anarquistas 50¢
Chueca — Como não ser anarquista 50¢
B. Lazaro — A Liberdade 50¢
J. Etrevant — A minha defesa 50¢
Kropotkin
A mocidade 50¢
Os bastidores da guerra 50¢
Moral anarquista 50¢
O espírito revolucionário 50¢
J. Guedes — Lei dos Salários 50¢
Briand — A greve geral 50¢
Roland — Rússia Nova 50¢
O sindicalismo e os intelectuais 50¢
D. Carvalho — A gestão sindical no período revolucionário 50¢
A. Hamon — A crise do socialismo 1\$00
J. Santos — A transformação da sociedade 50¢
Neno Vasco
Georgicas 30¢
Greve de inquilinos, teatro 1\$00
Domela — Pátria e Humanidade 30¢
Proletariado Histórico 1\$00
G. Arckinof — A Revolução e o Sindicalismo 50¢
Carlos Rates — A ditadura do proletariado 1\$00
Emílio Chapellier — Porque não creio em Deus 1\$00
N. Lenine — A luta pelo pão 50¢
Rodolfo Rocker — O sindicalismo revol. e a organização operária 1\$00
Trostky — Constituição política da República dos Soviéticos 1\$00
G. Williams — O Congresso da Internacional Sindical Vermelha 50¢
C. de G. O. N. M. — Proclamação consciente 50¢
José Torralva — A Revolução 1\$50
Lélio O. Zeno — Problemas universitários 50¢
La Revista Blanca — Arte, Ciência e Literatura. Cada número. 2\$00

Serviço de livreria de A BATALHA

Livros em Esperanto

Angla Lingvo sen Professoro
Comédia em 1 acto de *Tristan Bernard*, traduzida por Gaston Moch. 1 volume de 44 páginas 5\$00

Aspazio
Tragédia em 5 actos de *Svenborg*, traduzida pelo dr. Leon Zamenhof. 1 volume de 157 páginas 3\$00

La Avarulo
Comédia em 3 actos de *Molière*, tradução de Sam Meyer. 1 volume de 64 páginas 5\$00

La Barbiro de Sevilha
Comédia em 4 actos de *Beaumarchais*, tradução de Sam Meyer. 1 volume de 64 páginas 4\$00

Bildotabluloj
De *Thora Goldsehl* mt. Excelente para conversação e para fixar palavras, com inúmeras estampas elucidativas; é indispensável. 1 volume encadernado 15\$00

Chaves de Esperanto
Peculiar, absolutamente portáteis, esplêndidos como auxiliares e para propagação, contendo gramática e vocabulário 5\$00

Elektilaj Premioj
De *Henri Heine*, tradução de Friedl Pillath. 1 volume de luxo 2\$60

La Elementoj kaj la Vortaro
De *Cefer*, gramática e sintaxe em Esperanto. Muito interessante. 1 volume de 64 páginas 5\$00

Esperanto et Croix-Rouge
De *Bayol*, em francês e Esperanto, com terminologia militar e de enfermagem; preciosos para conferências militares, 1 volume 2\$50

Enkiklopedio Vortareto Esperanta
De *Verax*, com explicações em Esperanto e tradução em francês. volume de 284 páginas 20\$05

Esperantaj Poemoj
De *C. Chr. Drengendijk* 2\$30

Esperantaj Prozaĵoj
De diversos autores, 1 volume de 246 páginas 3\$00

Fantomo en Zubli
De *Kolemano Mikszath*, tradução de Eugeno Forster 4\$00

Fatala Suldo
De *Leonel Daisace*, obra teosófica traduzida por E. F. Cense. 1 volume de 318 páginas 12\$00

Fraulinjo Suzano
Novela por *Avejenko*, tradução de P. Medem. 1 volume 3\$00

Frenezco
Dois dramazinhos em 1 acto, originaes de *F. Pajula-Vajjes*. 1 volume de 40 páginas 3\$00

Fundamenta Krestomatio
Compilação de *L. L. Zamenhof*, autor do Esperanto. Exercícios, fábulas, contos, artigos sobre Esperanto, poesias, etc., livro que todo o principiante deve adquirir, 1 volume de 460 páginas 15\$00

La Fundo de l' Mizero
De *Vaclav Sieroszewski*, tradução do dr. Kabe. 1 volume de 88 páginas 3\$00

Georgio Dandlin
Comédia em três actos de *Molière*, engraçadíssima. 1 volume de 52 páginas 6\$00

Halka
Opera em 4 actos, texto de *Wolski*, tradução de Antoni Gra 15\$00

bowski, 1 volume de 38 páginas 3\$00

Hebreaj Rakontoj
Contos humorísticos de *Salomon Alehem*, traduzidos por I. S. Mušnik. 1 volume de páginas 6\$00

Historio de la Lingvo Esperanto
Desde 1887 a 1900, Assunto sempre versado nos exames commentares de Esperanto. 1 vol. de 74 páginas 6\$50

Imenlago
Novela de *Theodor Storm*, tradução de Alfred Bader. 1 volume de 33 páginas 3\$00

La Interrompita Kanto
Pela *Sino. Orszeko*, tradução de Dr. Kabe. 1 vol. de 79 páginas 3\$50

Kantje
Peça em 4 actos de *Paul Spaak*, tradução do dr. Wean der Biesl. 1 volume de 111 páginas 8\$00

Kanto de Triunfanta Amo
Por *Ivan Turgenev*, tradução de dr. Andre Fiser. 1 volume de 32 páginas 2\$00

Kurlovo de Toroj
Original de *A. Carles*. 1 volume de 59 páginas 3\$5

Kurso Tutmonda laŭ la Metodo Natura
Original de *Emile Casse*. 1 vol. de 57 páginas 2\$5

La Kvar Evangelioj
Reúidos num conto pelo padre Laisny. 1 volume de 196 páginas 8\$00

Kvin Noveloj
De *L. E. Meyer*, tradução de diversos, 1 volume encadernado 5\$00

Lupo, Hundoj kaj Homoj
Novela de *Adolph Dyganski*, tradução de Br. Kuhl. 1 volume encadernado 2\$50

La Rego de la Montoj
Romance de *Ed. About*, traduzido por Gaston Moch, com lindas ilustrações de Gustavo Doré. 1 volume de 248 páginas 12\$00

La Revizoro
Comédia em 5 actos de *N. V. Gogol*. 1 volume de 100 páginas 8\$00

La Rompantoj
Cinco monólogos, com estampas intercaladas no texto. 1 volume de 44 páginas 4\$00

L. Rabistoj
Drama em 5 actos de *Schiller*. 1 volume de 144 páginas 1

Matematika Terminaro
Por *Bricart*. 1 volume de 60 páginas 5\$

Mistero de Doloro
Drama de *Adriá Gual*, traduzido do catalão por F. Pajula-Vajjes. 1 volume de 96 páginas 3\$00

Monadologio
De *Leibnitz*, traduziu Reitor E. Boirac. 1 volume de 31 páginas 3\$

Piena Vortaro Esperanto-Esperanta kaj Esperanto-Franca
Por *Emile Boirac*. 2 volumes de 430 páginas 30\$00

Porvo de Marista Terminaro
Muito ilustrado e compreensível, compilado por *M. Rollet de l'Isle*. 1 volume encadernado de 72 páginas 5\$00

Salomé
Drama em um acto de *Oscar Wilde*, tradução de H. J. Bulthuis. 1 volume de 40 páginas 3\$00

Sokrato
Drama em três actos de *Ch. Richet*, tradução de J. Coutaux. 1 volume de 100 páginas 15\$00

TODOS OS PEDIDOS de livros devem ser feitos por meio de carta registada na qual será enviada a importância respectiva, acrescida do correspondente custo do porte de correio e registo.

Os preços de porte são os seguintes:
Continente — Pacote até 2 quilos, cada 50 gramas, \$10. Encomendas postais, até 1 quilos, \$5\$0.
Brasil e países da União Postal — Pacote até 2 quilos, \$32 cada 50 gramas.
América do Norte — Pacotes até 5 quilos, \$8\$0.

Biblioteca de Instrução Profissional

Manuais de ofícios

Galvanoplastia 18\$00
Motores de explosão 20\$00
Navegante 16\$00
Cimento armado 25\$00

Construção Civil

Acabamentos das construções 16\$00
Alvenaria e Cantaria 13\$00
Edificações 13\$00
Encanamentos e salubridade das habitações 13\$00
Materiais de construção 20\$00
Terraplenagens e alicerces 13\$00
Trabalhos de Carpintaria 12\$00

Diversas indústrias

Condutor de Máquinas 20\$00
Fogoeiro 16\$00
Formador e estuador 12\$00
Fundidor 13\$00
Pintagem 16\$00
Indústria alimentar 12\$00
Indústria do vidro 12\$00

Elementos gerais

Algebra elemental 13\$00
Aritmética práctica 15\$00
Deseño linear geométrico 12\$00
Elementos de electricidade 30\$00
Elementos de física 12\$00
Elementos de Mecânica 12\$00
Elementos de Modelação 12\$00
Elementos de Projecciones 16\$00
Elementos de Química 12\$00
Geometria plana e no espaço 13\$00
Fabricante de tecidos 13\$00

Mecânica

Torneiro e Frazador mecânicos 15\$00
Deseño de máquinas 25\$00
Material agrícola 13\$00
Nomenclatura de caldeiras e máquinas a vapor 13\$00

Livros em espanhol

A' venda na administração de A BATALHA

Mi Comunismo, Sebastião Faure 10\$00
La Revolución Social en Francia, Miguel Bakunine (2 volumes) 20\$00
Cartas a uma mulher sobre la anarquia, Luiz Fabri 2\$50
La Ukrania revolucionária, Agustín Soucy 1\$50
Anarquismo y organización, Rodolfo Rocker 1\$00
Entre campesinos, E. Malatesta 1\$00
En Ukrania, Rudenko 1\$00
Miguel Bakunine, J. Guillaume 1\$00
Los anarquistas (Estudo e replicação) Lombroso y Mella 5\$00
Errico Malatesta, Max Nettlau 6\$00
Artistas y Rebeldes, R. Rocker 4\$00
Soviet o Dictadura 2. Varin 4\$50
El Estado moderno, Kropotkin 5\$00
Dictadura y Revolución, Luiz Fabri 10\$00
Bolshevismo y Anarquismo, Rodolfo Rocker 1\$00
Problemas universitários, Lelio O. Lenine 1\$00
La Revolución, José Torralva 1\$00
Dios y el Estado, M. Bakunine 3\$00
Paginas selectas, Multatuli 3\$00
Ensayos y Conferencias, Pedro Gori 3\$00
Dos años en Rusia, E. Goldman 2\$00
Quinet, Falaz 10\$00
La pena de muerte, G. Alomar 1\$00
El Teatro del Pueblo, V. de Pedro 1\$00
El Teatro del Pueblo, por Valentin Pedro 1\$50
Accion Directa, por Angel Pestania 1\$00

"A BATALHA" No Funchal vende-se no Bureau de La Presse.